

UNIVERSIDADE FEEVALE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

ANDREA SABRINE FLACH

CENTRO ADMINISTRATIVO PARA O MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA VELHA - RS

Novo Hamburgo

2017

ANDREA SABRINE FLACH

CENTRO ADMINISTRATIVO PARA O MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA VELHA - RS

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale.

Professores:

Carlos Goldman

Alexandra Staudt Follmann Baldauf

Geisa Tamara Bugs

Orientador:

Bruno Cesar Euphrasio De Mello

Novo Hamburgo

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem fé e esperança na vida, seria muito mais difícil compreender e acreditar que tudo é possível. Agradeço também aos meus pais, Loiva Maria Flach e Elvio Flach, pois sempre dedicaram seu amor à minha criação e forças para concretizar este sonho.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Paulo Henrique Scheid Filho, que foi sempre um exemplo de pessoa e profissional, e por quem tenho muito amor e admiração.

A todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica, em especial ao professor Bruno Cesar Euphrasio De Mello, que me orientou e auxiliou nesta pesquisa e certamente agregará muito à próxima etapa deste processo de graduação.

Por fim, agradeço a todos os demais que contribuíram direta ou indiretamente com a minha vida acadêmica, as amigas que ganhei com a arquitetura e com certeza levarei para a vida, irmãos e a todos os colegas profissionais que passaram pela minha vida e que agregaram conhecimento à minha carreira profissional.

[...] a arquitetura é uma missão que exige a vocação de seus servos; que, voltada para o bem da moradia (e da morada, que depois de abrigar os homens, abriga o trabalho, as coisas, as instituições, os pensamentos), a arquitetura é um ato de amor e não uma representação (CORBUSIER, 2006, p. 32-33)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	TEMA	8
2.1	JUSTIFICATIVA	10
2.2	OBJETIVOS DA PROPOSTA	13
3	MÉTODO DE PESQUISA	15
3.1	ENTREVISTAS FUNCIONÁRIOS	15
3.2	ENTREVISTAS POPULAÇÃO	19
4	ÁREA DE INTERVENÇÃO	22
4.1	BREVE HISTÓRICO	22
4.1.1	Dados Gerais	23
4.2	O LOTE	24
4.3	JUSTIFICATIVA EM RELAÇÃO A ANÁLISE URBANA	28
4.4	CONDICIONANTES FÍSICOS E AMBIENTAIS	29
4.4.1	Análise dos ventos predominantes	29
4.4.2	Análise da insolação	30
4.4.3	Usos e alturas	31
4.4.4	Análise das fachadas e alinhamentos	33
4.4.5	Infraestrutura e equipamentos urbanos	34
4.4.6	Fluxos viários	35
4.5	REGIME URBANÍSTICO	36
5	PROJETOS REFERENCIAIS	40
5.1	PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS	40
5.1.1	Sede Administrativa da Câmara de Vereadores de Porto Alegre	40

5.1.2	Prefeitura de Viborg	45
5.2	PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS	49
5.2.1	The Commons / Departament of Architecture	49
5.2.2	Sede Falcon II	51
6	PROPOSTA DE PROJETO	54
6.1	DEFINIÇÃO DO TAMANHO E DO PORTE DO PROJETO	54
6.1.1	Organograma	54
6.1.2	Programa de Necessidades	56
6.2	PARTIDO GERAL	57
7	LEGISLAÇÃO PERTINENTE	60
7.1	LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS	60
7.1.1	Código de Obras de Estância Velha	60
7.2	NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS	63
7.2.1	NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações	63
7.2.2	NBR 9077/2001 Saídas de Emergência em Edifícios	65
	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	69
	ANEXOS	71
	ANEXO A	71
	APÊNDICES	75
	APÊNDICE A	75
	APÊNDICE B	76

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os dados necessários à elaboração de um projeto arquitetônico cujo tema é um Centro Administrativo para o Município de Estância Velha. A justificativa da escolha do tema do projeto parte do reconhecimento dos problemas da atual estrutura física de suporte à administração pública do município. A autora desta pesquisa trabalhou durante seis anos na Secretaria de Planejamento Urbano do Município, razão pela qual viveu *in loco* as dificuldades de uma estrutura defasada.

A partir desta experiência, pode-se perceber que há uma grande dispersão dos serviços públicos, o que cria dificuldades e ineficiência no atendimento à população. O fato dos serviços públicos estarem espalhados pelo território da cidade dificulta tanto o acesso da população, quanto os procedimentos internos. Esta dispersão causa ainda morosidade aos serviços e dificulta a comunicação entre os órgãos.

Sendo assim, o Centro Administrativo em estudo buscará facilitar – por meio da reunião das secretarias da cidade – os serviços públicos internos e externos, agregando à administração pública melhor agilidade e eficiência nos serviços, fatos esses que serão demonstrados ao longo desta pesquisa.

Estância Velha, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, localiza-se próximo ao Município de Novo Hamburgo, importante polo de desenvolvimento da região. O município teve um grande incremento populacional (IBGE, 2010) e vem se desenvolvendo na busca da diversificação dos setores industriais, incentivado por leis para novas empresas, buscando a solidificação do Município¹

Esta pesquisa tem como objetivo reunir as informações necessárias à elaboração de um projeto que melhore o atendimento e a eficiência pública. Para realizar este objetivo, buscou-se informações obtidas através de pesquisa em dados variados sobre o município (históricos, legais, físicos, etc), através de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas, levantamento de leis, normas, documentos, tudo isso possibilitando a ampla inserção no contexto a ser trabalhado. Todas estas informações serão apresentadas ao longo do trabalho.

¹ Site do Município de Estância Velha. Disponível em: < <http://www.estanciavelha.rs.gov.br/polodeproducaoenegocios> > Acesso em: 9 mar 2017.

2 TEMA

Administração Pública é o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e da moral, visando o bem comum. Para que o estado cumpra o seu objetivo é necessária uma estrutura que atenda às suas finalidades organizacionais (BÄCHTOLD, 2008).

A constituição Federal Brasileira (1988), no seu Art. 37, trata dos princípios que regem a administração pública direta e indireta. São elas: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, o princípio que será enfatizado na elaboração do projeto do Centro Administrativo é o da eficiência. Este princípio é descrito por Meirelles (2013: 102) da seguinte forma:

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

A estrutura organizacional do espaço é de extrema importância para o bom desempenho das funções públicas. Na administração pública, devido a periódica renovação das administrações, as estratégias organizacionais sofrem mudanças a cada nova gestão. Elas podem acontecer, principalmente “na forma” e no “como” podem ser prestados os serviços públicos. Os serviços básicos como educação, saúde, assistência, segurança não sofrerão variações pois estão definidos como direitos universais na Constituição Federal do Brasil (MARIANI, 2008).

A estrutura de organização no setor público deve adaptar-se rapidamente aos novos contextos, para prolongar a continuação da organização. Organogramas que facilitem a alocação de novas tecnologias (informática, telecomunicação, lógica, etc) e os processos de gestão, com espaços mais abertos, terão maior êxito e maior prolongamento e adequação às expectativas de seus usuários, a longo prazo, justificando a manutenção de sua durabilidade.

A “arquitetura organizacional”, segundo Nadler e Tushman (1993) está composta principalmente por quatro componentes: i) o trabalho, ii) o pessoal, iii) a organização formal e a iv) organização informal.

O primeiro, o *trabalho*, é a atividade básica de desenvolvimento da organização, sendo a tática essencial. Deve-se analisar as atividades específicas e suas características, seus fluxos para o ponto de partida das análises. O segundo, o *peçoal*, é quem executa as tarefas. Cabe analisar seus conhecimentos e habilidades, a fim de desenvolver o projeto. O terceiro são as disposições *organizacionais formais*, que são as estruturas específicas e formalmente desempenhadas para a execução da estrutura organizacional. Por último, as *organizações informais*, são as disposições que tendem a surgir com o passar do tempo. São geralmente implícitas e subentendidas, mas que podem influenciar o procedimento.

Com base nestes componentes, os autores definem as características críticas de cada componente. Elas estão expressas no quadro na Tabela 1:

Tabela 1 – Quadra os quatro componentes organizacionais

COMPONENTE	TRABALHO	PESSOAL	ORGANIZAÇÃO FORMAL	ORGANIZAÇÃO INFORMAL
Definição	Tarefas básicas a serem feitas pela organização.	Características dos indivíduos na organização.	Várias estruturas, processos e métodos formalmente criados para as pessoas realizarem tarefas.	Disposições que surgem, inclusive estruturas, processos e relações.
Características críticas de cada componente	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de incerteza associado ao trabalho, inclusive fatores como interdependência e rotina - Conhecimentos e habilitações que as pessoas têm. - Recompensas que o trabalhos pode proporcionar de maneira inerente. - Exigências de desempenho inerentes ao trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Habilidade e conhecimento exigidos pelo trabalho. - Necessidades e preferências individuais. - Percepções e expectativas. - Fatores de background. - Demografia 	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamento de funções, estruturas de unidades. - Mecanismos de coordenação e controle. - Projeto de cargos. - Ambiente de trabalho. - Sistemas de administração de recursos humanos. - Sistemas de recompensas. - Localização física. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comportamento de líderes. - Normas, valores. - Relações intragrupais. - Relações intergrupais. - Padrões de comunicação e influência. - Papeis chaves. - Clima. - Poder, política.

Fonte: Transcrito pela autora. Nadler (1993)

Como é possível perceber, a arquitetura organizacional produz, promove ou habilita as pessoas ou grupos a interagir com mais eficiência (NADLER, 1993). Logo,

um bom projeto arquitetônico é contribuição importante para o funcionamento da administração pública.

2.1 JUSTIFICATIVA

Segundo o censo do IBGE de 2010, a população do Município de Estância Velha era de 42.574 habitantes. Atualmente, este órgão estima que a população é cerca de 46.877 habitantes, um crescimento de 10,10%. O crescimento populacional mais expressivo se deu a partir dos anos 2000. Isto também causou uma defasagem na estrutura administrativa atual, que evolui de forma desigual em relação ao crescimento populacional do Município.

Além do crescimento desigual da estrutura da Prefeitura (e de suas Secretarias) pode-se notar, conforme a figura a seguir, que a estrutura administrativa de Estância Velha está muito dispersa pelo território da cidade. Isto ocorre devido à falta de espaço no prédio principal e conseqüentemente, na descentralização de várias secretarias.

Figura 1 – Mapa de localização das Secretarias Municipais



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem do Google Maps (2017)

A Secretaria que está mais distante do centro da cidade é a de Meio Ambiente (SEMAPE), que dista 4,3 Km do edifício da Prefeitura, onde está localizada o Gabinete do Prefeito; Secretaria da Administração; Indústria, Comércio e Turismo (Figura 2). Em frente à sede da Prefeitura, foram locadas mais duas salas comerciais (Figura 4) para atender a Secretaria de Planejamento Urbano, e o setor de Licitações, Contratos e Compras.

Figura 2 – Prédio Prefeitura



Fonte: Autora (2017)

Figura 3 – Salas locadas



Fonte: Autora (2017)

Ainda há outras Secretarias e setores afastados da Prefeitura. São elas a Secretaria de Obras (Figura 4), Secretaria da Saúde (Figura 5), Secretaria da Educação (Figura 6), Secretaria de Desenvolvimento Social (Imagem 7), a Guarda Municipal (Figura 8), o Conselho Tutelar e a Vigilância em Saúde (Figura 9).

Figura 4 – Secretaria de Obras



Fonte: Autora (2017)

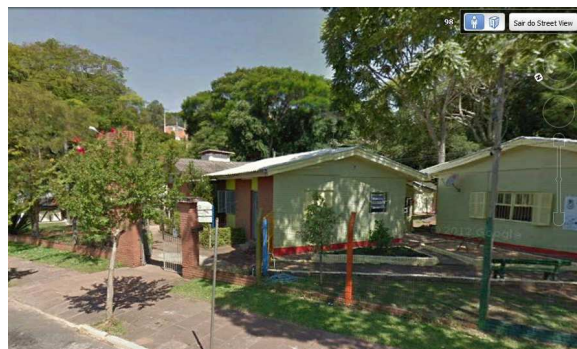
Figura 5 – Secretaria de Saúde



Fonte: Autora (2017)

Figura 6 – Secretaria de Educação e Cultura

Fonte: Autor (2017)

Figura 7 – Sec. de Desenvolvimento Social

Fonte: Google Earth (2017)

Figura 8 – Guarda Municipal

Fonte: Google Earth (2017)

Figura 9 – Vigilância em Saúde

Fonte: Autora (2017)

A possibilidade de construção já é tema que está em pauta no debate público da cidade. Segundo entrevista² dada pela Prefeita atual, Sra. Ivete Grade, ao site da Prefeitura, a cidade está em constante crescimento, e isto faz com que haja a necessidade de um Centro Administrativo à altura da população e dos servidores. Ainda segundo a entrevista, a Administração Municipal mantém o aluguel de 6 prédios comerciais espalhados pela cidade que poderiam ser inclusos no centro administrativo. A locação destes imóveis representa não só um custo elevado com aluguel, mas também com os demais itens necessários para o funcionamento, como água, luz, internet, telefone, combustível, entre outros.

Outro potencial benefício apontado pela Prefeita com a construção de um Centro Administrativo é a agilidade e comodidade ao cidadão. A construção de um

² Site da prefeitura de Estância Velha. Disponível em: < <http://www.estanciavelha.rs.gov.br/noticias/detalhe/3615> > Acesso em 09 mar 2017.

Centro Administrativo se mostra como uma necessidade para qualificar a gestão pública, tanto no contato com o cidadão quanto na articulação entre as secretarias.

Diante dos itens relatados, pode-se identificar vários fatores que dificultam a eficiência na prestação dos serviços públicos. Além dos serviços estarem dispersos, estão em ambientes inadequados. O prédio da Prefeitura Municipal está em desacordo com diversos itens do Código de Obras do Município, como vãos de iluminação, ventilação, sanitários, acessibilidade, entre outras normas e legislações pertinentes. Os demais prédios, muitos deles locados, também não são espaços adequados ao uso que os acolhe.

2.2 OBJETIVOS DA PROPOSTA

Diante do exposto até o momento, o objetivo da proposta – cujas bases esta pesquisa reúne – é elaborar um projeto arquitetônico que contribua para tornar a administração e a gestão públicas municipais mais eficientes. Isto se dará tanto na questão funcional, através da unificação de setores, comunicação, logística, agilidade nos processos, quanto na questão formal, por meio da oferta aos servidores de locais adequados de trabalho, aumentando o rendimento e a satisfação em executar as tarefas diárias.

A intenção de projeto é unificar todas as nove Secretarias Municipais, o Gabinete do Prefeito e a Procuradoria Geral do Município. A Secretaria da Administração e Segurança Pública conta com quatro departamentos, onde apenas o Departamento de Trânsito e Segurança Pública ficaria com alguns setores junto ao prédio da Secretaria de Obras atual. A Secretaria Municipal de Obras também é composta por 4 departamentos, porém só o Departamento de Administração se alocaria no centro administrativo. Os demais – Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos, Departamento da Frota Municipal e Departamento de Limpeza Urbana – permaneceriam no prédio atual da Secretaria de Obras, que abriga todo o maquinário e frota e é um prédio próprio do Município. A Secretaria de Educação e a Secretaria do Meio Ambiente e Preservação Ecológica, ambas compostas por 4 departamentos cada, a Secretaria da Fazenda com seus 3 departamentos, a Secretaria do Planejamento Urbano, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria Municipal de Desenvolvimento, cada uma com 2 departamentos cada, estariam alocadas no prédio. Por fim, apenas o departamento administrativo da

Secretaria Municipal de Saúde, que tem 6 departamentos, estará presente no projeto da nova sede.

A lei municipal nº 880/2003, que dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Estancia Velha, define a distribuição dos departamentos como descrito no parágrafo acima.

Todas estas Secretarias, agrupadas em um único espaço, agregando agilidade e eficiência aos serviços, é o que busca um Centro Administrativo Municipal. E é desta forma que com a elaboração do projeto do Centro Administrativo para Estância Velha irá contribuir para a população e a qualificação do serviço público municipal.

3 MÉTODO DE PESQUISA

O objetivo dos métodos de pesquisas utilizados foi obter informações para elaboração do projeto arquitetônico de um Centro Administrativo para Estância Velha. Para isto, foram utilizados dois tipos de pesquisa: i) A pesquisa bibliográfica; ii) As entrevistas (com servidores públicos e população).

Juntamente com a coleta dessas informações, foi realizado um levantamento dos espaços, com a intenção de quantificar a estrutura administrativa atual.

3.1 ENTREVISTAS FUNCIONÁRIOS

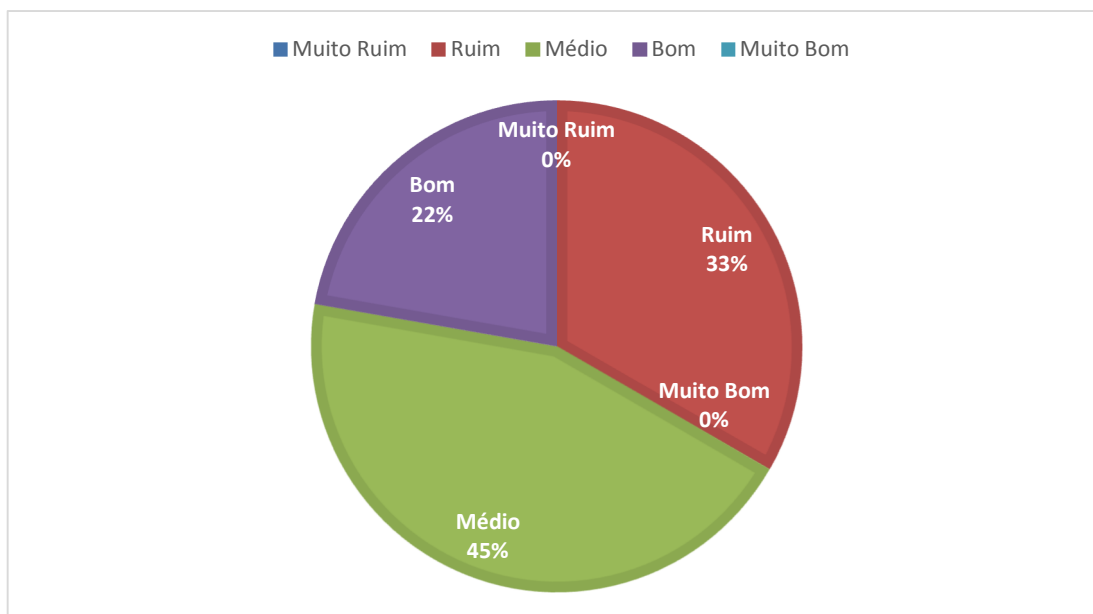
O questionário respondido pelos servidores públicos, apêndice A desta pesquisa, era composto por nove perguntas. A intenção deste questionário foi possibilitar melhor compreensão de alguns aspectos relacionados a rotina diária administrativa do setor/departamento/secretaria do entrevistado e aspectos relevantes para qualificar o ambiente de trabalho atual.

Foram entrevistados nove servidores públicos com tempo de trabalho variando entre um ano e meio até vinte e sete anos de serviço público, e de setores distintos.

Um dos itens da entrevista questionava se o servidor vê a necessidade de mais funcionários no setor. Metade dos entrevistados apontou que há a necessidade de aumentar o número de funcionários no setor em que trabalha.

Outra pergunta da entrevista interrogava quais as secretarias estão mais próximas ou mais distantes no ponto de vista do entrevistado. Foi unanime na pesquisa de que a Secretaria de Meio Ambiente e Preservação deveria estar localizada mais próximo aos demais setores. Outro item importante questionado foram os atendimentos ao público, e todos os entrevistados citaram que realizam atendimento ao público.

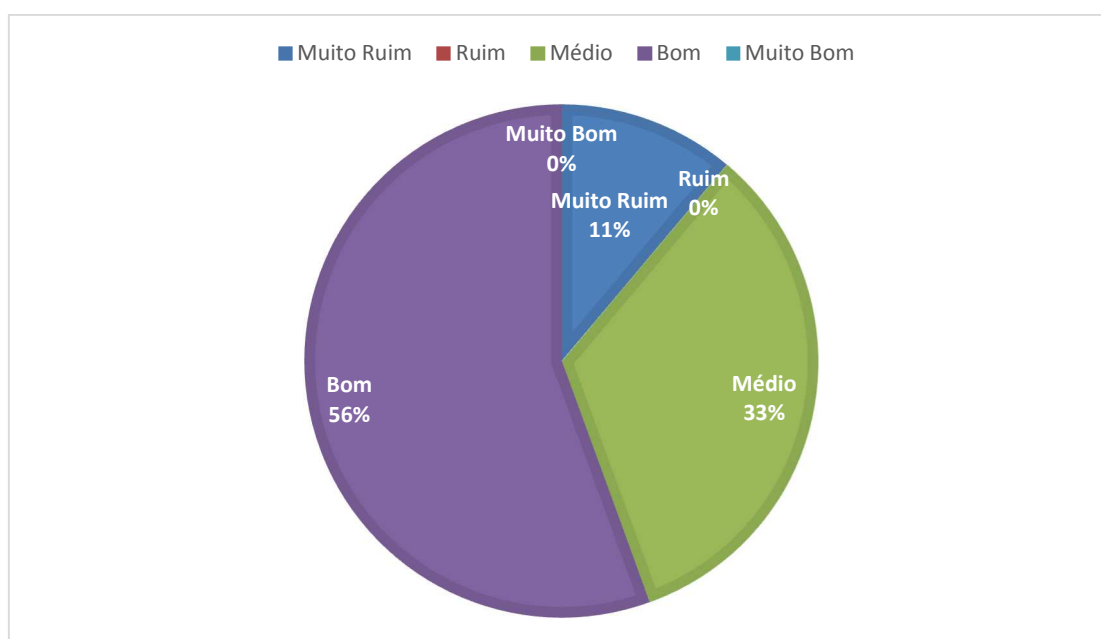
Sobre as condições dos ambientes de trabalho, o questionário abordou cinco itens relevantes, onde o entrevistado classificava por uma escala gradual. As repostas foram dispostas em gráficos para melhor entendimento:

Figura 10 – Gráfico Espaço das Salas

Fonte: Autora (2017)

Na Figura 10, que aborda a questão dos espaços nos ambientes de trabalho, pode se observar que os ambientes de maneira geral são ruins ou médio, na escala de classificação.

Outra pergunta realizada dizia respeito ao mobiliário e equipamentos existentes (Figura 11). As respostas estão representadas no gráfico a seguir.

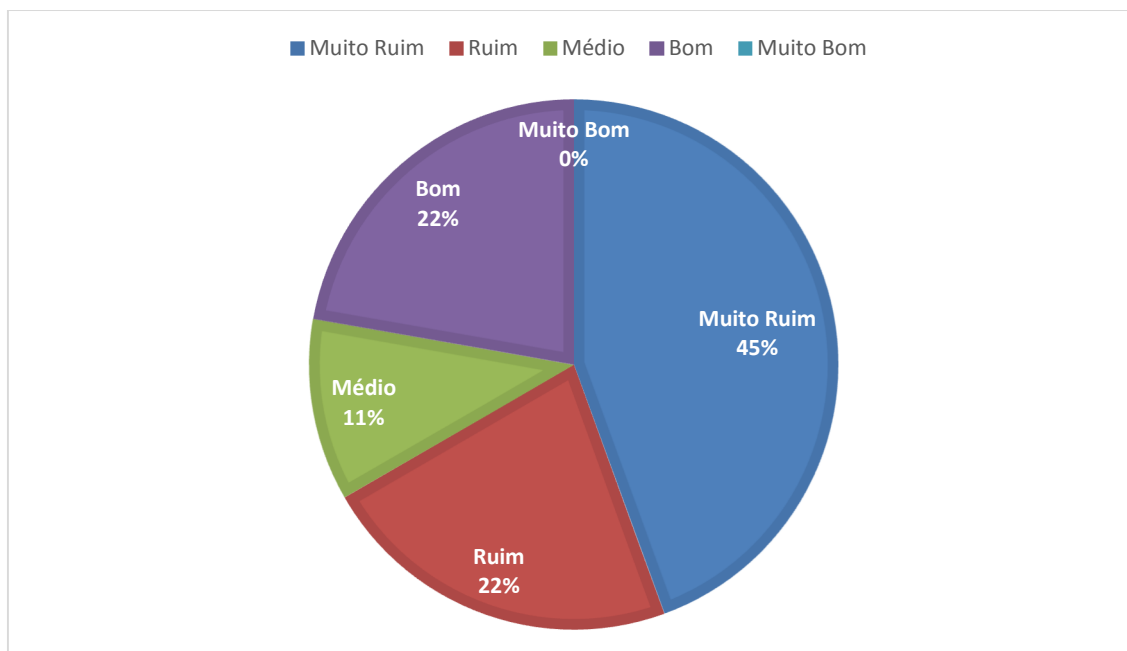
Figura 11 – Gráfico Mobiliários/ Equipamentos Existentes

Fonte: Autora (2017)

Em relação ao mobiliário e equipamentos, 56% dos entrevistados considerou bom, 33% médio e 11% ruim.

Outra necessidade da pesquisa era identificar a percepção do nível de ruídos e o quanto isso atrapalha o exercício profissional dos servidores públicos. O resultado das respostas está expressa no gráfico abaixo (Figura 12).

Figura 12 – Gráfico Ruídos no Ambiente de Trabalho



Fonte: Autora (2017)

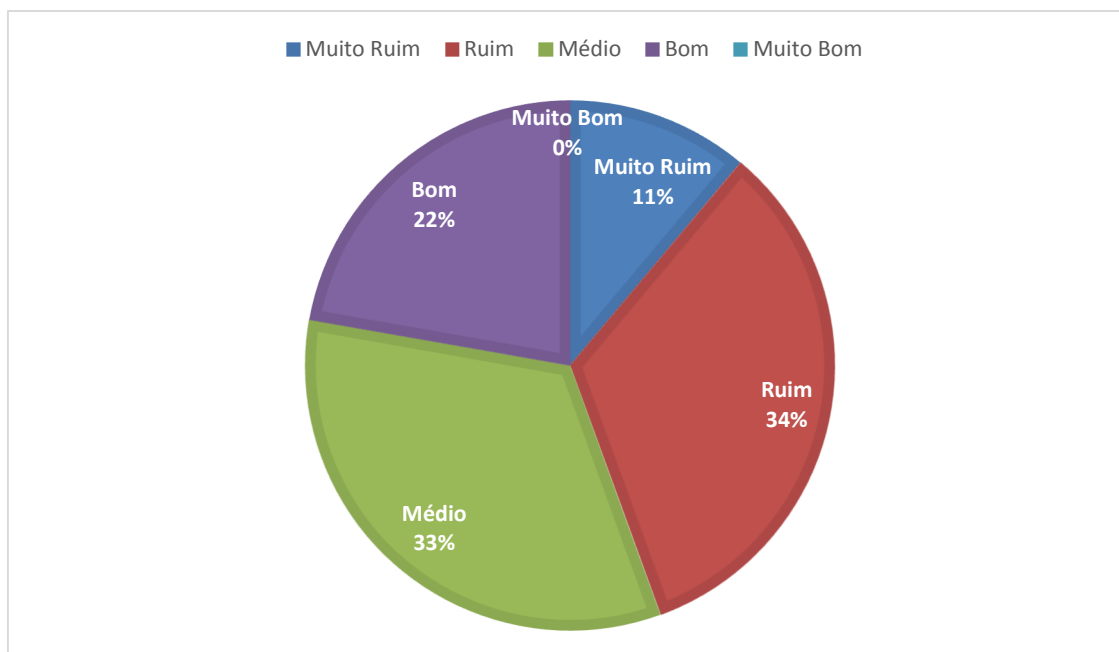
O item ruídos foi o item com pior classificação, referido por 45% como muito ruim.

Quanto à ventilação natural (Figura 13), a intenção foi identificar a percepção da ventilação do ambiente em que trabalham e de que maneira isto influencia na qualidade do ambiente.

O resultado levantado foi que a maioria dos entrevistados qualifica como médio ou ruim a ventilação natural. Em seguida ficam as classificações bom e muito ruim.

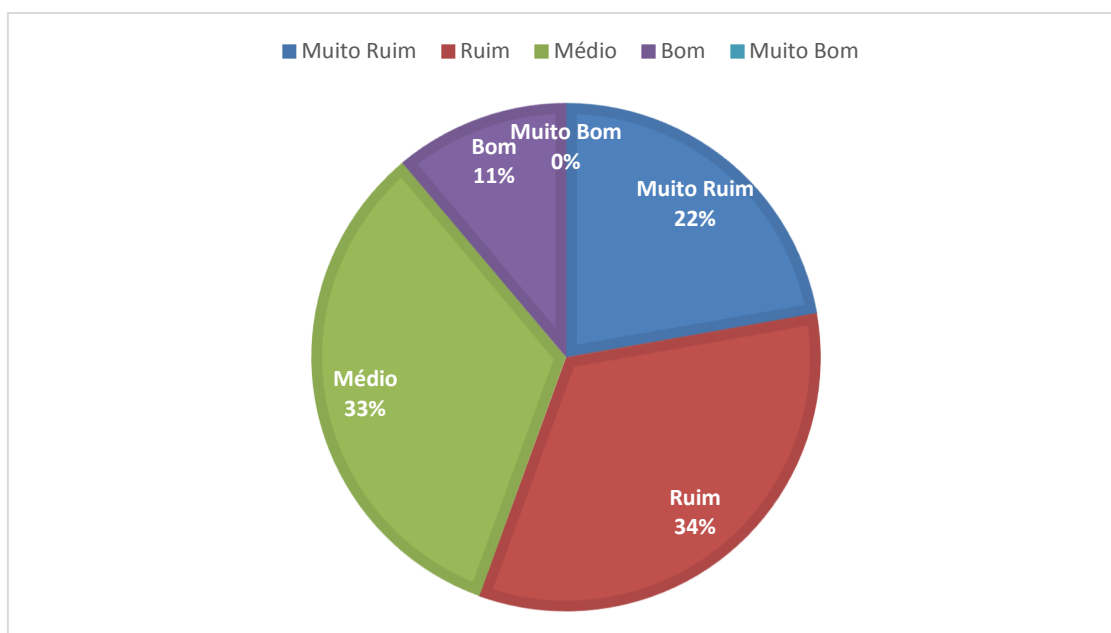
O último item das entrevistas questionava sobre a luz natural (Figura 14). Da mesma forma como nos itens anteriores, buscou a avaliação do servidor à iluminação no ambiente de trabalho.

Figura 13 – Gráfico Ventilação Natural



Fonte: Autora (2017)

Figura 14 – Gráfico Iluminação Natural



Fonte: Autora (2017)

O gráfico de luz natural, também tem os percentuais das classificações médio e ruim muito próximas, porém, 22% dos entrevistados consideram a iluminação natural muito ruim.

Observando os gráficos, pode-se concluir que nenhum item alcançou, no maior índice percentual de respondentes, a qualificação muito bom. Isso reflete as condições

de trabalho nos ambientes atuais da administração. Observe-se que o item melhor avaliado foi mobiliário e equipamentos, onde o custo de investimento é menor e de mais fácil aquisição.

3.2 ENTREVISTAS POPULAÇÃO

Além das perguntas dirigidas aos funcionários públicos, foi elaborado um questionário para ser respondido pela população em geral. Neste questionário, foi abordado o perfil do entrevistado quanto a sua utilização do serviço público e, além disso, outros temas importantes, como: i) a eficiência do serviço público, ii) opinião a respeito da distância entre as secretarias, iii) os ambientes dos prédios, iv) o atendimento, v) itens que podem ser melhorados nos prédios públicos, vi) serviços que podem ser agregados num Centro Administrativo e, por fim, vii) a opinião sobre unificação das secretarias e departamentos.

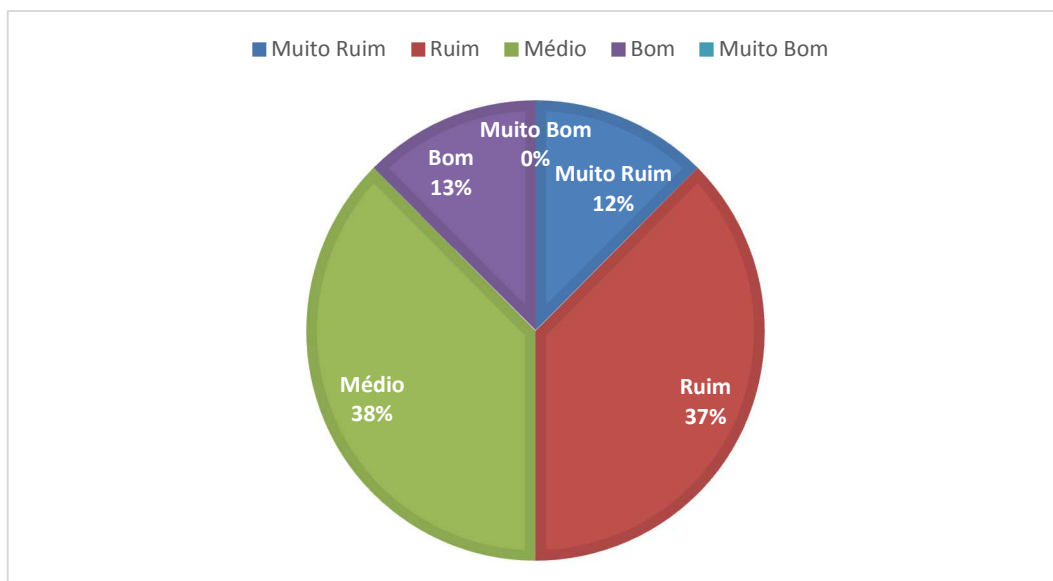
A maioria dos entrevistados tinha idade acima de 40 anos e frequentavam a Prefeitura poucas vezes ao ano. Foram dez pessoas entrevistadas. Com base nos questionamentos, os entrevistados relataram na sua maioria que sempre precisam esperar um pouco para resolver tudo que precisam. Alguns relataram que nunca conseguem resolver tudo em uma única visita à prefeitura e nenhum respondeu que consegue fazer tudo de maneira rápida.

Uma pergunta importante no que tange ao tema desta pesquisa era: o que você acha da distância entre a Prefeitura e os prédios onde ficam algumas secretarias? O resultado das respostas está expresso a seguir na Figura 15.

A maioria dos entrevistados qualificou como ruim ou médio a distância entre Secretarias e Departamentos, pois elas se localizam dispersas pela cidade.

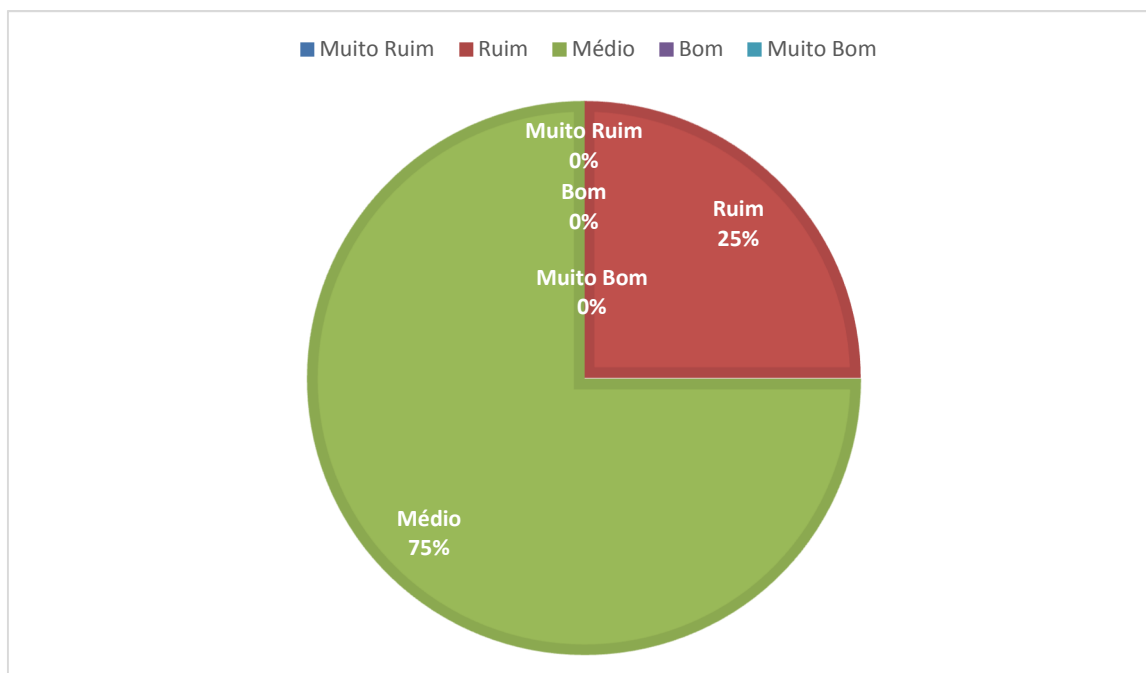
Em relação à pergunta 5 do questionário (qualifique os ambientes tanto da Prefeitura como dos prédios das Secretarias) se obteve as seguintes respostas contidas na Figura 16.

Figura 15 – Gráfico sobre a distância entre Secretarias



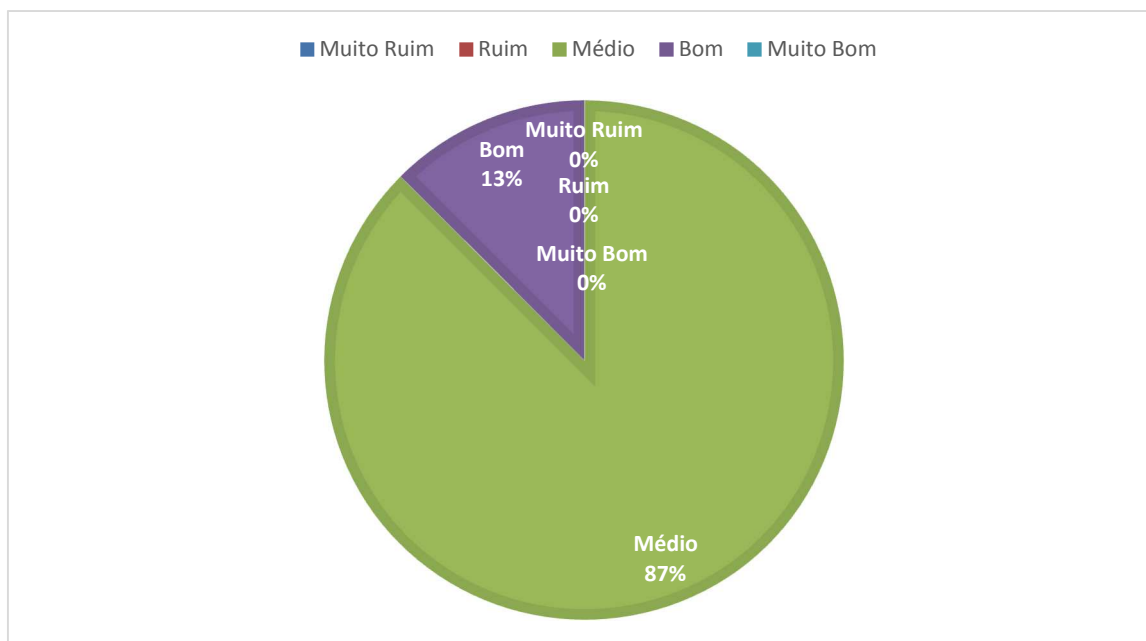
Fonte: Autora (2017)

Figura 16 – Gráfico avaliativo dos ambientes da Prefeitura



Fonte: Autora (2017)

A grande maioria dos entrevistados qualificou como médio os ambientes Secretarias e Departamentos. Na questão 6, foi questionado sobre o atendimento em geral. Neste item, conforme mostra a Figura 17, para a grande maioria dos entrevistados o atendimento dos funcionários em geral é médio.

Figura 17 – Gráfico avaliativo sobre o atendimento ao público

Fonte: Autora (2017)

Seguindo os questionamentos, foram feitas perguntas sobre que aspectos poderiam melhorar na estrutura física dos prédios da administração pública municipal. Os itens mais citados foram: maior sinalização em busca de informações, melhor acessibilidade a portadores de necessidades especiais e idosos, além da luz natural. Todos os entrevistados apontaram que seria ótimo a criação de um Centro Administrativo e assinalaram alguns serviços que poderiam ser agregados a este centro, como auditório, xerox, bancos/caixas eletrônicos e espaços de exposição.

4 ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 BREVE HISTÓRICO

O Município de Estância Velha surgiu a partir da imigração alemã no Brasil. Seu início ocorreu quando os primeiros imigrantes chegaram a colônia de São Leopoldo, mais precisamente na encosta da Serra de Bom Jardim, em 1825. A área onde localiza-se Estância Velha pertencia anteriormente ao Império e era responsável pela criação de gado. Porém a mesma foi extinta dois meses antes da chegada dos alemães, em 1824 (WEBER, 2006).

Antes deste fato, o Município tinha como moradores povos indígenas, como os tupis-guaranis e kaingangs. Em 1788, o Município, que já pertencia a São Leopoldo, teve juntamente com os demais Municípios da região, a instalação à margem esquerda do Rio dos Sinos a Real Feitoria do Linho Cânhamo, o que promoveu um povoamento de portugueses no local. A intenção destas Feitorias eram a produção cordames para navios portugueses (ESTÂNCIA VELHA, 2017).

Segundo o site do Município³, o nome Estância é um termo regional utilizado para designar fazenda, rancho ou morada. No ano de 1939, Estância Velha passou a se chamar Genuíno Sampaio⁴. Porém, em 1950, voltou a se chamar Estância Velha por falta de aceitação popular.

Mesmo antes da emancipação, que ocorreu no ano de 1959, o ofício do curtimento⁵ já tinha sido introduzido na região pela necessidade de se produzir selarias. A instalação dos curtumes na cidade se deu pela região dispor de água abundante dos arroios e das plantas das margens que eram ricas em tanino, matéria prima utilizada para curtir o couro (WEBER, 2006).

Ainda de acordo com Weber (2006), na década de 1980, com a maior globalização do mercado, onde os clientes buscavam redução nos preços, os grandes curtumes tiveram dificuldades de adaptação. Então a indústria calçadista buscou curtumes menores, descapitalizados. Desde então, a indústria de curtimento sofreu

³ Site do Município de Estância Velha. Disponível em: <<http://www.estanciavelha.rs.gov.br/historia>> Acesso em: mai 2017.

⁴ Militar brasileiro que atuou na Revolta dos Muckers em Sapiranga-RS.

⁵ O curtimento é o processo de limpar e deixar finalizado o couro para o uso.

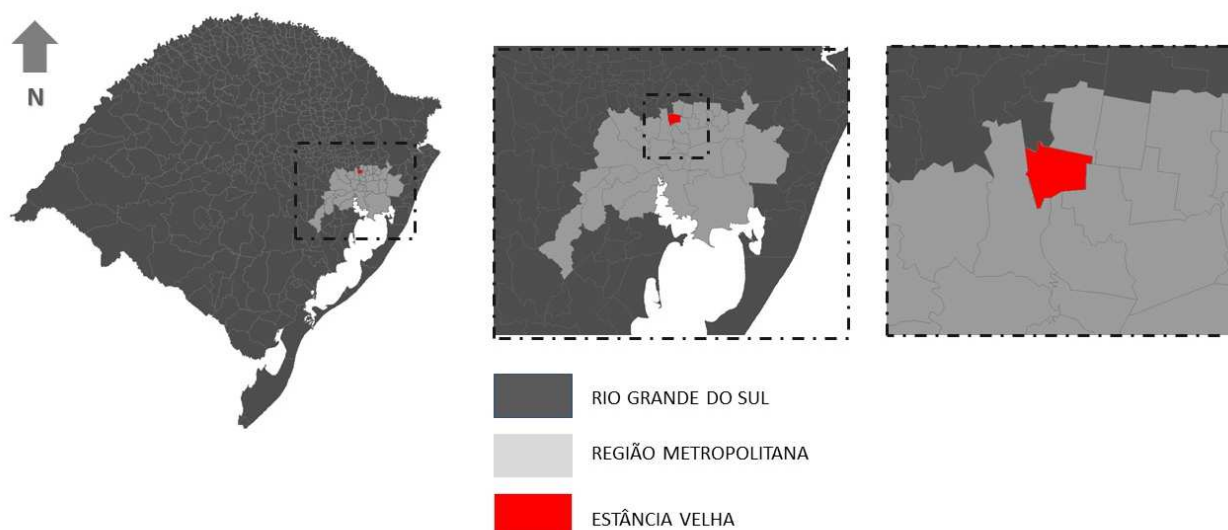
diversos problemas, como erros na produção, falta de adequação ao mercado e principalmente às legislações ambientais, que eram ignoradas até então. Isto causou uma recessão na economia do Município, deixando vários desempregados.

Nos dias atuais, a cidade não abandonou o setor coureiro calçadista, muito forte na região do vale dos sinos e que atuou decididamente para o desenvolvimento dos municípios da região. Porém, devido ao mundo atual, Estância Velha visa a diversificação, desenvolvimento e incremento tecnológico. Isto se reflete na intenção do município de agregar diversos setores industriais e possibilitando áreas para a implantação, como o Parque Tecnológico do Município (ESTÂNCIA VELHA, 2017).

4.1.1 Dados Gerais

O Município de Estância Velha está localizado na região metropolitana de Porto Alegre (Figura 18), distante 50 km da Capital do Estado. Segundo o censo do IBGE em 2010, sua população é de 42.574 habitantes, estimando em 2016 46.877 habitantes. O Município tem 52,147 Km², dividido nas zonas urbana e rural.

Figura 18– Localização



Fonte: Elaborado pela autora sobre mapas do ArcGis (2017)

Estância Velha faz divisa com os Municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Ivoti, Portão e Lindolfo Collor. A cidade é cortada por duas vias importantes que fazem o papel de ligação com estes Municípios, a Avenida Brasil, que faz a

ligação leste-oeste sendo um prolongamento da RS 239 e liga a RS 240 em Portão. E a Rua Presidente Lucena, que é um eixo de ligação, pois esta via corta Municípios como Ivoti, Presidente Lucena, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

4.2 O LOTE

O lote escolhido está inserido na área central do Município, com frente para três vias: i) a Avenida Brasil, principal via do Município, que liga Estância Velha a Portão, ii) Rua Hugo Metz e iii) Rua Arthur Leopoldo Ritter. O quarteirão ainda é formado pela Rua Theodomiro Porto da Fonseca.

Os principais motivos para a escolha do lote foram: i) o tamanho, com 5.345,46 metros quadrados, o que torna possível desenvolver um edifício com todas as necessidades como auditório, biblioteca, espaço de convívio, exposições e pequenos espaços comerciais; ii) sua localização, no centro da cidade e muito próximo de outros espaços públicos, o que facilita o acesso ao mesmo por parte da população.

O lote tem acesso direto pela Av. Brasil, por onde se dão todos os acessos das cidades vizinhas, como Novo Hamburgo, Ivoti e Portão (Figura 19).

Figura 19 – Mapa do Entorno do Lote



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google Earth (2017)

Além de todos os fatores já elencados, esta zona da cidade é um trecho do bairro centro que está atualmente em desenvolvimento. No entorno, ainda é possível visualizar alguns vazios urbanos ou subdesenvolvimento da área (Figura 20). A transferência de um prédio com relevância para o Município, fomentará a região, desenvolvendo ainda mais esta parte central.

Figura 20 – Entorno



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google Earth(2017)

O lote escolhido como local para implantação do centro administrativo contava antes com uma indústria, conforme mostram as Figuras 21 e 22. Este prédio foi demolido em março de 2017, e o lote encontra-se vazio. Sobre o mesmo não há nenhum tipo de vegetação que mereça preservação (Figura 23).

Figura 21 – Antiga construção sobre o lote



Fonte: Google Earth (2017)

Figura 22 – Antiga construção sobre o lote



Fonte: Google Earth (2017)

Figura 23 – Lote vista Rua Hugo Metz



Fonte: Autora (2017)

Figura 24 – Lote vista Rua Hugo Metz



Fonte: Autora (2017)

Figura 25 – Lote vista Avenida Brasil



Fonte: Autora (2017)

Figura 26 – Lote vista Rua Leopoldo Ritter



Fonte: Autora (2017)

Para a delimitação do lote de intervenção será considerado o prolongamento da Rua Arthur Leopoldo Ritter (Figura 26) até a Avenida Brasil, fazendo com que o lote tenha as testadas para três ruas do quarteirão. A Avenida Brasil tem as pistas de rodagem em cotas de nível diferentes. A pista com o sentido do trânsito para o oeste, sentido Portão, que fica no alinhamento do lote em estudo, está cerca de dois metros abaixo da pista com sentido leste – Novo Hamburgo. Atualmente, o lote encontra-se murado junto ao alinhamento a Av. Brasil.

Partindo do alinhamento com a Rua Arthur Leopoldo Ritter, onde o comprimento do lote é 71,55 metros, o lote tem de testada para Avenida Brasil de 75,00 metros. Ao leste confronta com os demais lotes deste quarteirão, na dimensão de 70,99 metros e ao norte, sua testada com a Rua Hugo Metz é de 75,00 metros (Figura 27).

Figura 27 – Lote



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google Earth (2017)

O lote encontra-se inserido na malha urbana consolidada, na área mais antiga da cidade, o centro. Sua vocação é bem diversificada devido a zona central permitir tanto uma grande variedade de usos como a maior altura dentro do Município. No entorno imediato do lote encontram-se residências, comércios, prédios e até

indústrias. As três testadas livres é um condicionante favorável do lote pois possibilita uma edificação permeável tendo livre acesso de veículos e pedestres.

Figura 28 – Levantamento Planialtimétrico



Fonte: Autora (2017)

O lote tem área total de 5.345,36 metros quadrados, e possui um desnível em torno de 3 metros. Na face sul, junto com Av. Brasil, o lote apresenta o maior desnível, estando abaixo do nível da rua. Na face norte, na Rua Hugo Metz, o terreno se encontra mais próximo do nível da rua. O lote é retangular, e será tirado partido do desnível na concepção de projeto, para atender o programa de necessidade.

4.3 JUSTIFICATIVA EM RELAÇÃO A ANÁLISE URBANA

O principal objetivo para a escolha do lote foi manter uma boa localização do Centro Administrativo no centro da cidade, optando-se por um lote próximo às principais vias de acesso ao Município e próximo aos demais serviços disponíveis na área. Com a localização proposta, busca-se revitalizar e expandir esta área central que, embora esteja no centro da cidade, agora está em desenvolvimento. Outro ponto para a escolha do mesmo é sua dimensão. Não há muitas opções de lote que

atenderiam a proposta que será apresentada. Desta forma, partiu-se da idéia dos pontos já citados, localização, tamanho, acessos e desenvolvimento da área central.

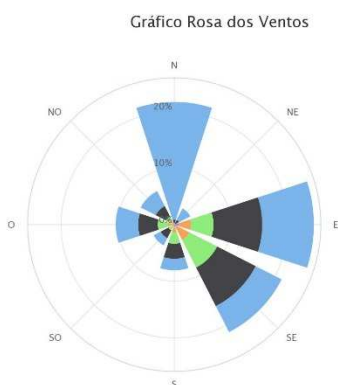
A testada para a Av. Brasil é a mais importante, pois é a principal via do Município, um prolongamento da RS 239, que liga à RS 240. Porém o acesso ao lote por esta via se dá apenas no sentido leste-oeste, o que deve ser observado na elaboração do projeto. Outro condicionante são os desníveis das vias que delimitam o lote. A intenção projetual é tomar partido da topografia para resolver alguns itens do programa de necessidade como estacionamentos e auditório. Outra intenção é aproveitar a dimensão do lote para proporcionar um espaço público aberto para a população, que poderá aproveitar do espaço para o lazer. Estas questões serão retomadas no momento do lançamento do partido arquitetônico.

4.4 CONDICIONANTES FÍSICOS E AMBIENTAIS

4.4.1 Análise dos ventos predominantes

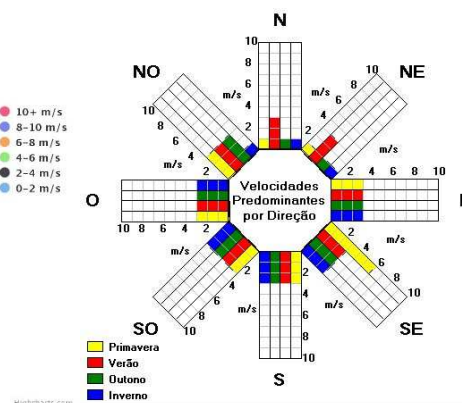
A análise dos ventos predominantes foi feita através do site⁶ Projeteee, desenvolvido pela UFSC. A pesquisa de referência foi feita através do Município de Porto Alegre. Pode-se perceber que o vento predominante varia entre Leste e Sudeste.

Figura 29 – Gráfico de Ventos



Fonte: Projeteee (2017)

Figura 30 – Gráfico de ventos



Fonte: SOL-AR (2017)

Considerando que o lote não tem barreiras para a circulação dos ventos, e por se tratar de espaços de trabalho e convivência, poderá ser utilizada a ventilação

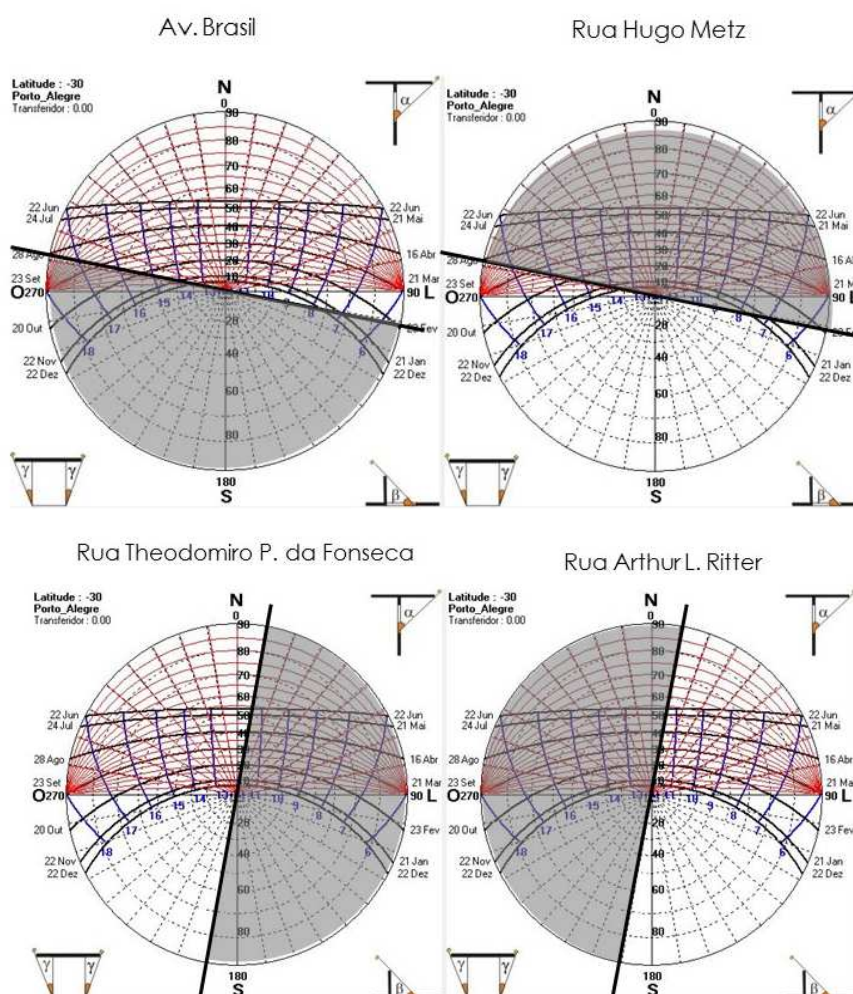
⁶Site desenvolvido pelo Laboratório de Eficiência Energética em Edificações- LabEEE/UFSC. Disponível em: < <http://150.162.76.139/index.php>> Acesso em jun 2017.

cruzada, pois a intenção é de que o prédio terá fachadas ventiláveis para todas as faces. A parte da edificação que será prejudicada em relação a ventilação natural é o nível subsolo junto a testada da Avenida Brasil, pois a Avenida está na testada sul e acima do nível do terreno. Então o subsolo servirá para atividades de uso transitório, como estacionamento ou de uso especial como auditório.

4.4.2 Análise da insolação

Em relação a análise da insolação nas fachadas, foi utilizada a carta solar de Porto Alegre, latitude -30° , considerando que há pouca variação entre a latitude do lote, 29° . Conforme a Figura 31, temos as seguintes análises demonstradas na Tabela 2.

Figura 31 – Análises sobre a carta solar



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem do software SOL-AR (2017)

Tabela 2 – Tabela dos horários de insolação

Rua	Orientação	Solstício de Verão	Solstício de Inverno
Avenida Brasil	Sul	14hrs às 18hrs	-
Rua Hugo Metz	Norte	7hrs às 14hrs	7hrs às 17hrs
Rua Theodomiro P. da Fonseca	Leste	6hrs às 12hrs	7hrs às 11:30hrs
Rua Arthur L. Ritter:	Oeste	12hrs às 18hrs	11:30hrs às 17hrs

Fonte: Autora (2017)

Por se tratar de uma edificação de uso laboral diurno é preciso tirar proveito da iluminação natural para a diminuição dos gastos com a utilização de iluminação artificial. Porém, a carga térmica proveniente da iluminação solar deve ser contida na fachada oeste e sudoeste com a utilização de brises e materiais opacos. A iluminação natural deve ser indireta, para não ofuscar os ambientes de trabalho.

4.4.3 Usos e alturas

No entorno imediato ao lote verifica-se um uso diversificado, próprio de uma região em desenvolvimento. Esta região do centro da cidade, ao norte e oeste do lote, ainda contém muitas edificações residenciais antigas, que foram construídas logo nos primeiros anos do Município. Nas ruas e avenidas ao leste do lote predominam comércio, serviços e prédios institucionais da cidade (Figura 32).

A localização do lote no centro da cidade e no zoneamento ZC (Zona Central), permite o desenvolvimento de edificações com até doze pavimentos. Mas ainda há a predominância de edificações de 1 ou 2 pavimentos. Da mesma forma como no Mapa de Usos, as alturas (Figura 33) refletem a área onde ainda existem muitas edificações antigas do início do Município, localizada ao norte e oeste do lote. Há três edifícios com 8 ou mais pavimentos, com o térreo comercial e os demais pavimentos residenciais.

Os prédios públicos como a Câmara de Vereadores, Fórum, Delegacia de Polícia e a Justiça do Trabalho, que se localizam todos no mesmo quarteirão, são edificações com 2 pavimentos. Porém, conforme consultado no cadastro Municipal, todos datam do início dos anos 1990, onde o Município tinha características bem diferentes das atuais, com 28 mil habitantes. E estes prédios estão saturados, sem

espaço para comportar a demanda atual do Município. Da mesma forma pode-se constatar na Prefeitura Municipal, onde o prédio é de 2 pavimentos e está extremamente inapropriado para a necessidade atual.

Figura 32 – Análises de Usos



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google Earth (2017)

Figura 33 – Análises de Altura



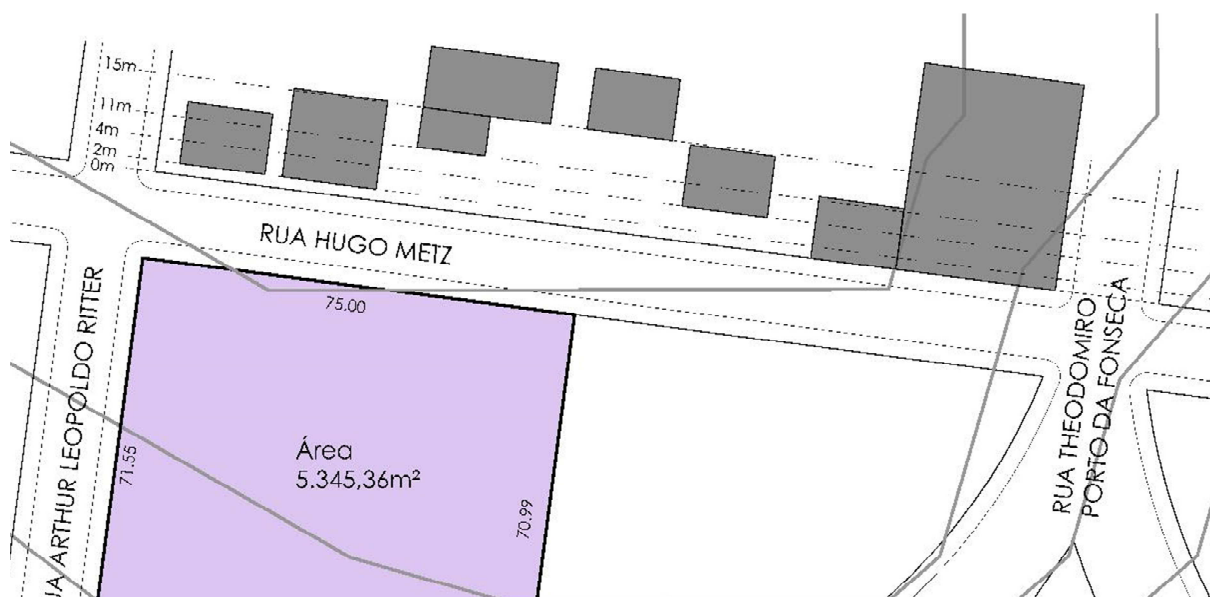
Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google Earth (2017)

4.4.4 Análise das fachadas e alinhamentos

Para análise das fachadas e alinhamentos foram verificadas as construções que podem influenciar diretamente sobre o lote. Desta forma, foram consideradas as edificações existentes na Rua Hugo Metz, pois estão em frente ao lote de estudo. As edificações que se localizam do outro lado da Avenida Brasil não foram consideradas pela Avenida ter as pistas em desnível, o que provoca poucas interferências destas fachadas, e pelo motivo de ser uma Escola Estadual e seus prédios estarem recuados do alinhamento com a Avenida.

Conforme pode-se verificar na Figura 34, as edificações não estão respeitando um padrão de alinhamento, cada uma comportando-se de uma forma. Isto não influencia o projeto de estudo do Centro Administrativo pois as intenções projetuais é de que ele seja implantado mais próximo a Avenida Brasil, deixa o alinhamento do lote junto com a Rua Hugo Metz livre.

Figura 34 – Alinhamentos Rua Hugo Metz



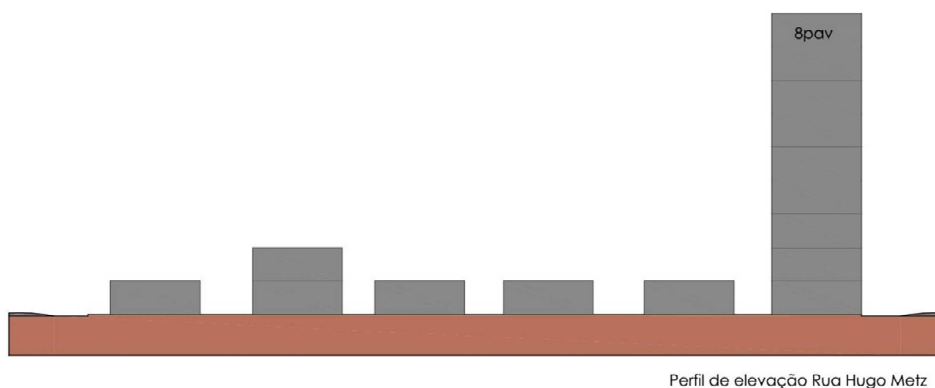
Fonte: Autora (2017)

Em relação as alturas, as edificações com relação mais direta ao lote, são residenciais e com no máximo dois pavimentos. Na esquina junto da Rua Theodomiro

Porto da Fonseca existe um prédio com o térreo comercial e pavimentos superiores residenciais, cuja edificação está no alinhamento do lote, com oito pavimentos.

A construção do Centro Administrativo não irá prejudicar estas edificações pois ele se localiza ao sul, não causando impactos de sombreamento. O Centro Administrativo também não irá destoar em relação à altura média da região.

Figura 35 – Perfil de Elevação Rua Hugo Metz



Fonte: Autora (2017)

4.4.5 Infraestrutura e equipamentos urbanos

O lote é contemplado por transporte público pois está localizado muito próximo ao ponto central onde passam todos os ônibus do Município. O equipamento urbano de relevância no município é a Praça 1º de Maio, importante local de reunião de pessoas e também local sede do Festival de Kerb. No entorno do lote, como no centro da cidade, não há outros equipamentos urbanos de importância. É também por este motivo que o projeto do Centro Administrativo contemplará um espaço público de lazer.

Figura 36 – Mapa de Infraestrutura Urbana

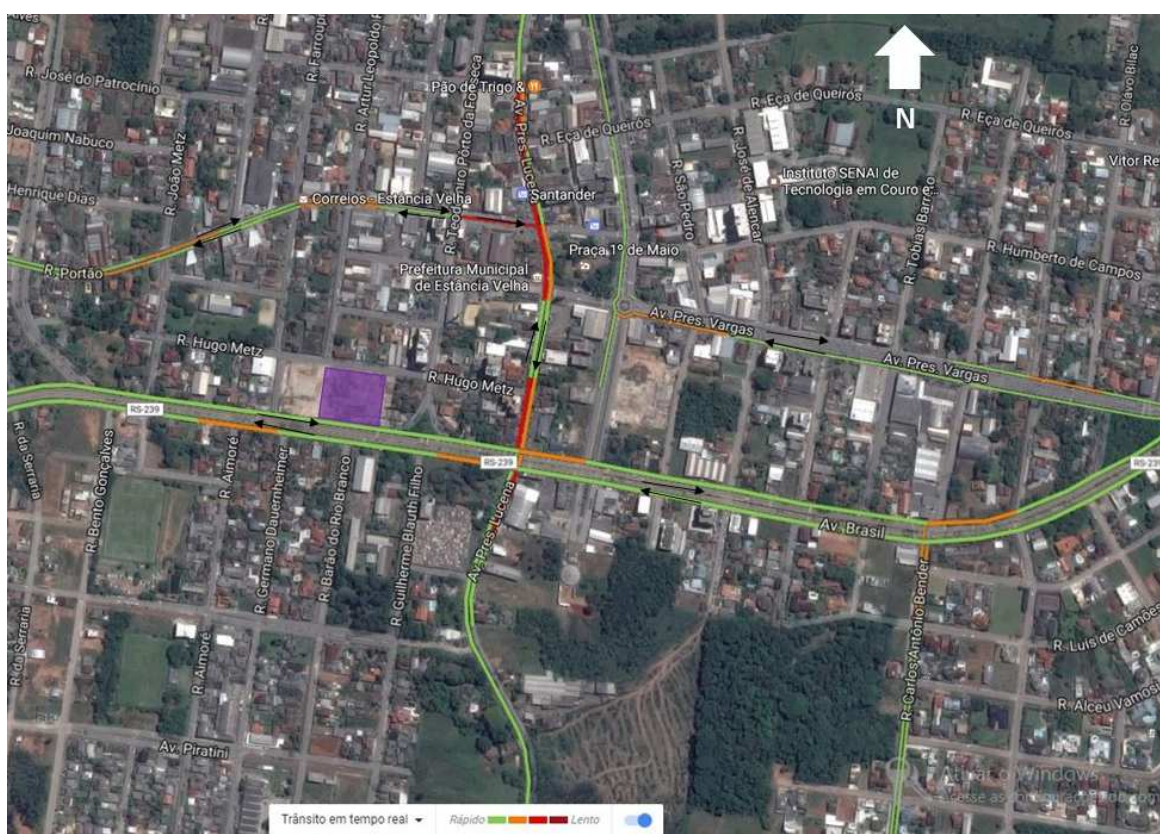


Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google (2017)

4.4.6 Fluxos viários

Segundo o mapa retirado do Google em relação ao fluxo viário pode-se notar as vias que são mais utilizadas na parte central da cidade, como as Av. Brasil e 7 de Setembro, Rua Portão e Rua Presidente Lucena. O trânsito próximo aos bancos e locais comerciais na Av. 7 de setembro é o mais intenso. Todas as vias do entorno do lote são de sentido duplo.

Figura 37 – Mapa de Fluxos



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem Google Earth (2017)

4.5 REGIME URBANÍSTICO

A análise urbanística foi realizada com base no Plano Diretor de Estância Velha, Lei Municipal Nº 1821, de 15 de Outubro de 2012. De acordo com a setorização o lote está inserido na Zona Central (ZC). O Art. 7º, IV, da referida lei descreve:

IV – ZC e ZM-2 - Zona Central e Zona Mista 2 - Correspondem ao núcleo urbano inicial do Município, caracterizam-se pelas condições físicas e de infraestrutura favoráveis à ocupação intensiva, predominando as atividades comerciais e de serviço de caráter municipal. (Fonte: ESTÂNCIA Velha, 2012, art. 7º)

Figura 38 – Trecho do Mapa de Zoneamento de Estância Velha



Fonte: Elaborado pela autora sobre o Mapa de Zoneamento E.V.(2017)

O Plano Diretor, no seu Quadro I, estabelece os índices e usos urbanísticos para a Zona Central, conforme transcrito pela autora na Tabela 3:

Tabela 3 – Tabela de Usos e Regime Urbanístico

USOS E REGIME URBANÍSTICO	
ZC – ZONA CENTRAL	
IA	8
TO	Residencial 60% Comercial 80%
RECUO DE FRENTE	4m ou alinhamento
RECUO LATERAL	Art. 17
RECUO DE FUNDOS	Art. 17
ALTURA	12 pavim. h= 35,40m

USOS	<ul style="list-style-type: none"> - Residencial - Comércio e Serviços Geradores de ruído - Estabelecimentos de Recreação e Lazer Noturnos - Recreacional e Turístico - Comércio e Serviços Perigosos - Comércio e Serviços Diversificados - Indústria 2
------	---

Fonte: Autora (2017)

No Art. 17 da referida lei consta:

Os recuos laterais e de fundos para prédios com mais de dois pavimentos obedecerão a seguinte fórmula:
 $r = h/10 + 1,50\text{m}$ sendo h a altura de prédio e r o recuo.

§ 1º - O recuo lateral será facultativo para edificações de até dois pavimentos e, quando houver, será no mínimo de 1,50 m, quando existirem vãos para iluminação e ventilação.

§ 2º - Nas zonas residenciais as edificações com mais de 2 pavimentos deverão observar recuo lateral obrigatoriamente desde o terceiro pavimento.

(Fonte: ESTÂNCIA Velha, 2012, art. 17º)

Considerando os índices explícitos no quadro de usos e regime urbanístico, é possível alcançar as seguintes áreas de projeto, conforme demonstra a Tabela 4:

Tabela 4 – Regime Urbanístico Aplicado ao Lote

REGIME URBANÍSTICO APLICADO AO LOTE	
Área do lote	5.345,36 m ²
TO (80%)	4.276,28 m ²
IA (8)	42.762,88 m ²

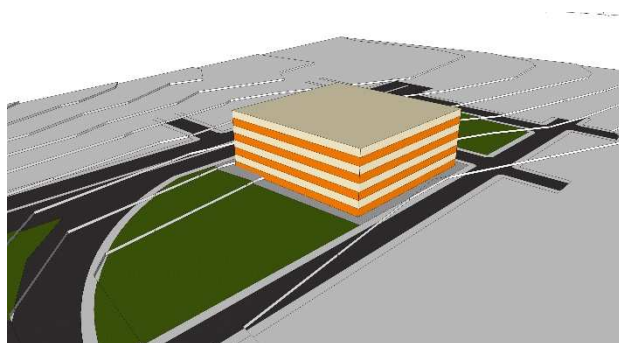
Fonte: Autora (2017)

O Plano Diretor ainda especifica o número de vagas de estacionamento, no seu Quadro II. Para prédios comerciais com lojas, escritórios, deve se prever 1 vaga para cada 100 m² construídos.

De acordo com as análises à legislação do Plano Diretor, foram ensaiadas propostas utilizando os índices máximos possíveis de construção. Na Figura 39, foi utilizada a taxa de ocupação máxima, de 80%, respeitando os recuos frontais de 4 metros nas testadas, apesar de poder ser utilizado recuo nulo. Nesta hipótese, utilizando a T.O. máxima, pode-se alcançar 8 pavimentos, ou cerca de 23,60 metros de altura, respeitando o índice de aproveitamento de 42.762,88 metros quadrados construídos.

Na segunda proposta, figura 40, foi alcançada a altura máxima, 12 pavimentos ou 35,40 metros. Para isto, a taxa de ocupação ficou de 66% e o índice de aproveitamento utilizado foi o máximo. Com esta proposta, duas faces mantiveram recuo de 4 metros, e outras duas tiveram recuos em torno de 8 metros.

Figura 39 – Estudo volumétrico sobre a T.O.



Fonte: Autora (2017)

Figura 40 – Estudo volumétrico sobre I.A. (Índice de Aproveitamento).



Fonte: Autora (2017)

Como pode-se observar, os índices para esta região do zoneamento municipal são bem generosos, podendo os lotes o solo bastante ocupado e os edifícios serem bem altos. A proposta do projeto a ser desenvolvido do Centro Administrativo não deve alcançar os índices máximos permitidos. Não há a intenção de que a construção descaracterize a região. Deste modo serão desenvolvidas maneiras para que com o passar do tempo e da necessidade municipal, o lote possa ser progressivamente ocupado. Desta forma, o lote encontra condições apropriadas para a implantação da proposta.

5 PROJETOS REFERENCIAIS

Neste capítulo são analisados projetos referenciais que apresentam similaridades com o tema deste estudo. O objetivo é analisar questões referentes a partido arquitetônico, implantação das espacialidades de uso e funções e ampliar a visão referente ao tema.

Os referenciais análogos são os projetos ou construções que contém similaridades com o projeto proposto nesta pesquisa. São edificações que o uso é o mesmo ou semelhantes ao proposto, para que seja possível a análise das soluções obtidas nas construções com a mesma finalidade da almejada.

Os referenciais formais são projetos ou construções onde possa se obter referências em relação a volumetria, materialidade, técnica construtiva ou outras peculiaridades pretendidas para a proposta de projeto desta pesquisa.

5.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS

5.1.1 Sede Administrativa da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

O projeto a ser analisado é uma proposta executada pelo escritório *A3 arquitetura.engenharia* premiado com a *Menção Honrosa no concurso Sede Administrativa da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. De acordo com a reportagem⁷ o partido proposto foi iniciado com análise da lógica de construção, forma, entorno e programa do edifício projetado pelo Arq. Claudio Araújo em 1975. A proposta derivada do concurso público era para a construção de um prédio com até dez mil metros quadrados, localizado atrás do prédio atual da Câmara de Vereadores.

A opção da análise deste projeto foi por um conjunto de fatores. A proximidade com a região em que o projeto está inserido, sua apresentação formal, a utilização de materiais adequados, a distribuição do programa de necessidade e partidos formais adequados.

O projeto surge da abstração da geometria do prédio preexistente. Se norteiam pela coordenação modular, ordem e proporção que o entorno sugere. Considerou-se

⁷ Menção Honrosa no Concurso para a Sede Administrativa da Câmara de Vereadores de Porto Alegre / A3 arquitetura.engenharia Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/761682/mencao-honrosa-no-concurso-para-a-sede-administrativa-da-camara-de-vereadores-de-porto-alegre-a3-arquiteturengenharia>> Acesso em 20 abr. 2017.

as possibilidades de conexão com o parque existente e inserções de novas edificações.

Figura 41 – Proposta Sede Administrativa da Câmara de Vereadores de Porto Alegre



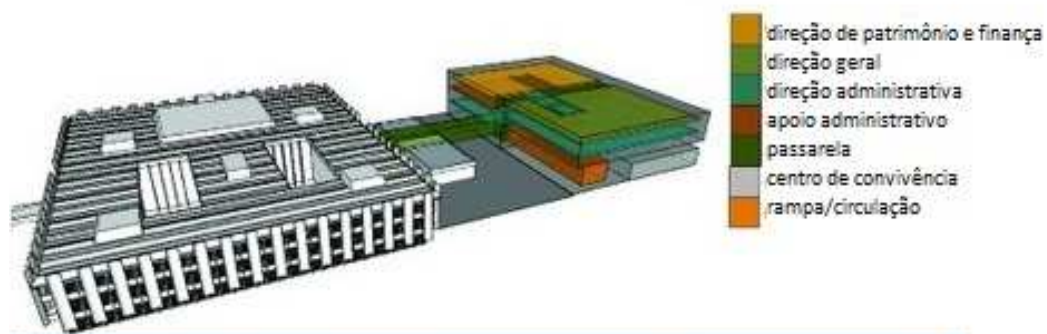
Fonte: Archdaily (2015)

O projeto analisado tem quatro pavimentos e tem como intenção o diálogo silencioso com a edificação existente. Os arquitetos partiram do pressuposto de que um prédio de caráter público deve buscar racionalidade na forma construtiva e uso democrático do espaço para alcançar a sustentabilidade do projeto.

Ao analisar o zoneamento proposto nas plantas, verifica-se que o térreo é predominantemente utilizado por serviços de apoio, como depósitos, setor de limpeza, vestiários, segurança e outros espaços técnicos. Também é localizado no térreo o auditório, com os espaços de apoio para o mesmo.

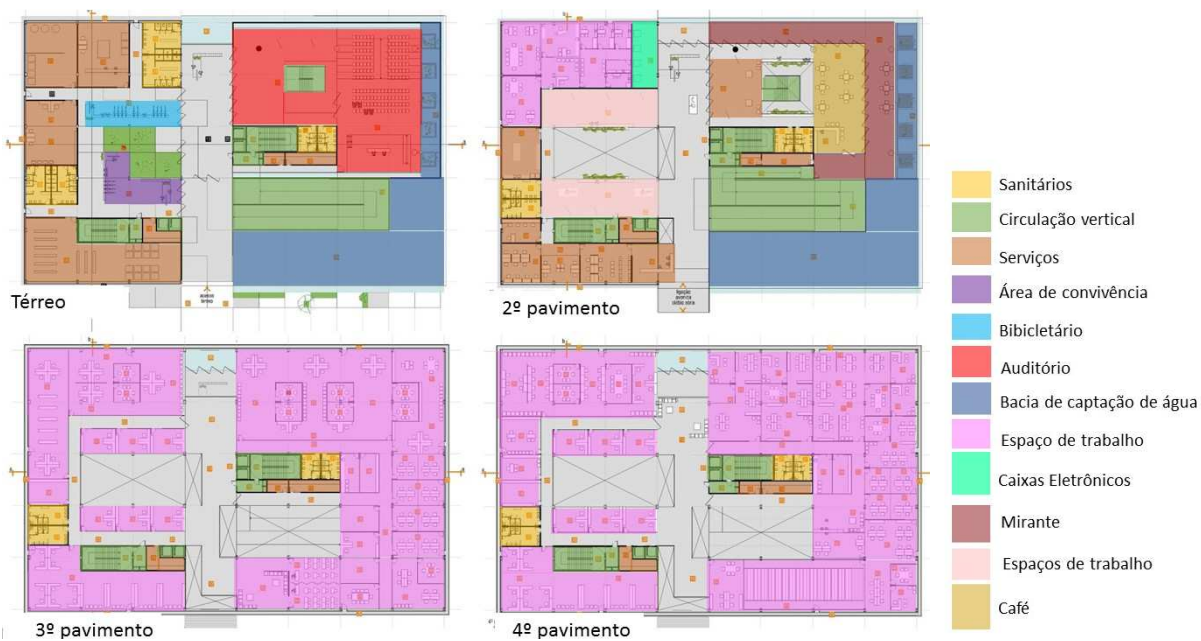
O projeto contempla objetivos de sustentabilidade sob a perspectiva da região em que está inserida, como: urbanidade e paisagem; mobilidade e acessibilidade; gestão das águas; eficiência energética e conforto ambiental; e sistemas e materiais.

Figura 42 – Zoneamento



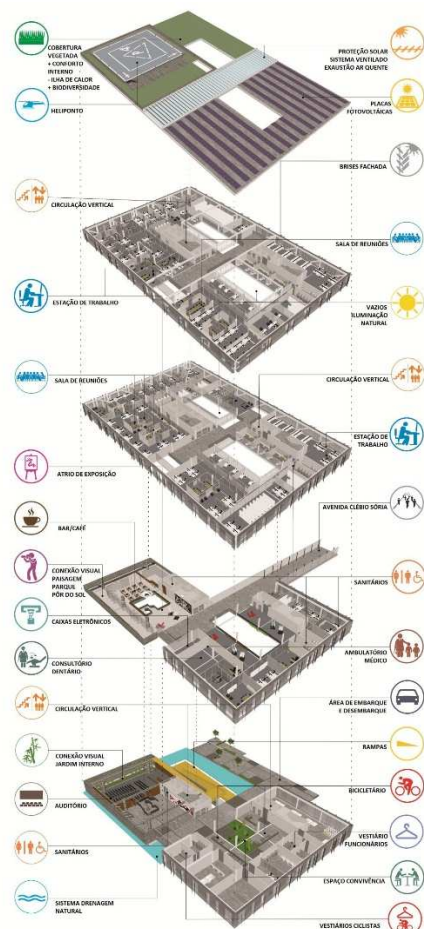
Fonte: Archdaily (2015)

Figura 43 – Plantas baixas da proposta



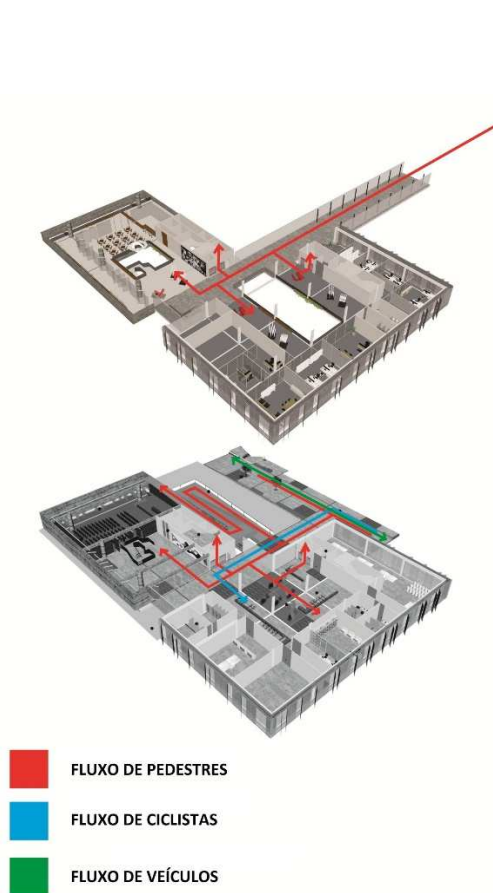
Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem do Archdaily (2015)

Figura 44– Diagrama de usos



Fonte: Archdaily (2015)

Figura 45 – Diagrama de fluxos



Fonte: Archdaily (2015)

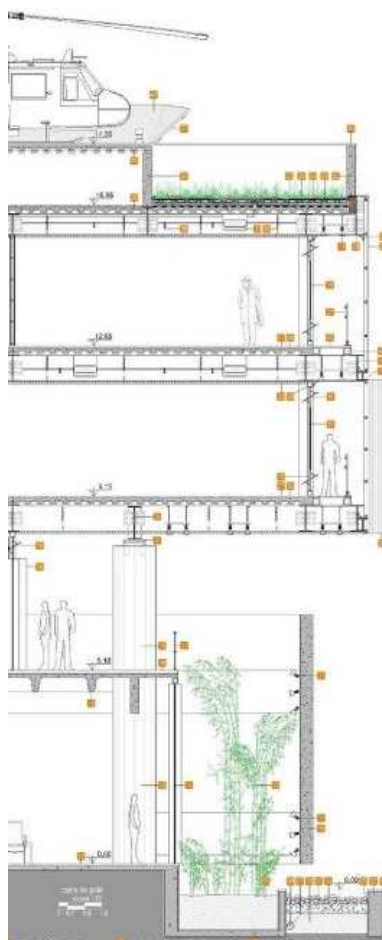
Figura 46– Perspectiva



Fonte: Archdaily (2015)

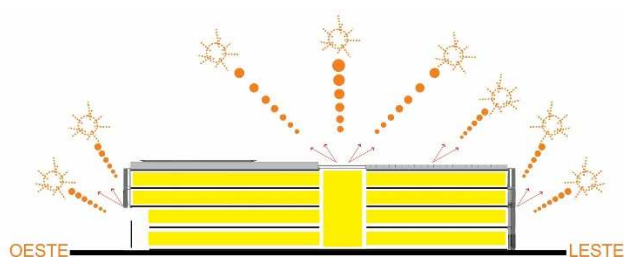
Na fachada do edifício, nos dois pavimentos superiores, foram utilizados brises, criando sacadas e espaços ventilados (Figura 39). Isto permitiu que os espaços fossem todos envidraçados, permitindo-se controlar a iluminação natural conforme a melhor orientação.

Figura 47 – Diagramas de Insolação



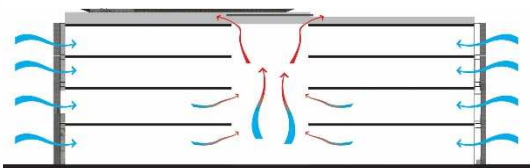
Fonte: Archdaily (2015)

Figura 48 – Diagramas de Insolação



Fonte: Archdaily (2015)

Figura 49 – Diagramas de Ventilação



Fonte: Archdaily (2015)

Cabe observar a importância das análises de insolação e ventilação naturais. Conforme as pesquisas realizadas, os entrevistados durante a elaboração desta pesquisa apontaram esses como aspectos negativos nas edificações da Prefeitura.

Conforme analisado, os aspectos positivos da referência formal que serão utilizados como norteadores no projeto do Centro Administrativo de Estância Velha serão: i) A racionalidade da distribuição das plantas, observando as funções

relevantes a cada andar, setorizando e compatibilizando o programa; ii) O método de tratamento das fachadas, que deu unidade a edificação e permitiu uma boa iluminação e ventilação natural; iii) As técnicas de sustentabilidade como captação e reuso da água; iv) E por fim, a forma de ligação com o prédio existente e o tratamento da entrada, que se deu de maneira mais livre no térreo.

Já o ponto negativo que foi observado nas imagens referenciais deste projeto é uma falta de tratamento do entorno, que conforme aparece na Figura 41, apenas representado por gramados. A intenção com o projeto de um Centro Administrativo para Estância Velha é proporcionar um espaço público aberto para a população, criando espaços de convivência e integração.

5.1.2 Prefeitura de Viborg

O projeto da Prefeitura de Viborg, na Dinamarca, foi elaborado por Henning Larsen Architects, no ano de 2011. Ele está inserido em uma antiga área militar, e tem 19.400,00 metros quadrados.

A opção por este projeto como parte dos referenciais análogos se deve a alguns fatores: Para a análise do zoneamento proposto; a inserção de um núcleo vazado, com a utilização de uma escada monumental, que mostra a maneira pensada para a disposição do espaço. Já a parte formal externa utilizada, não será analisada por não estar de acordo com as intenções projetuais a serem utilizadas no projeto arquitetônico do Centro Administrativo de Estância Velha.

Figura 50 – Prefeitura de Viborg

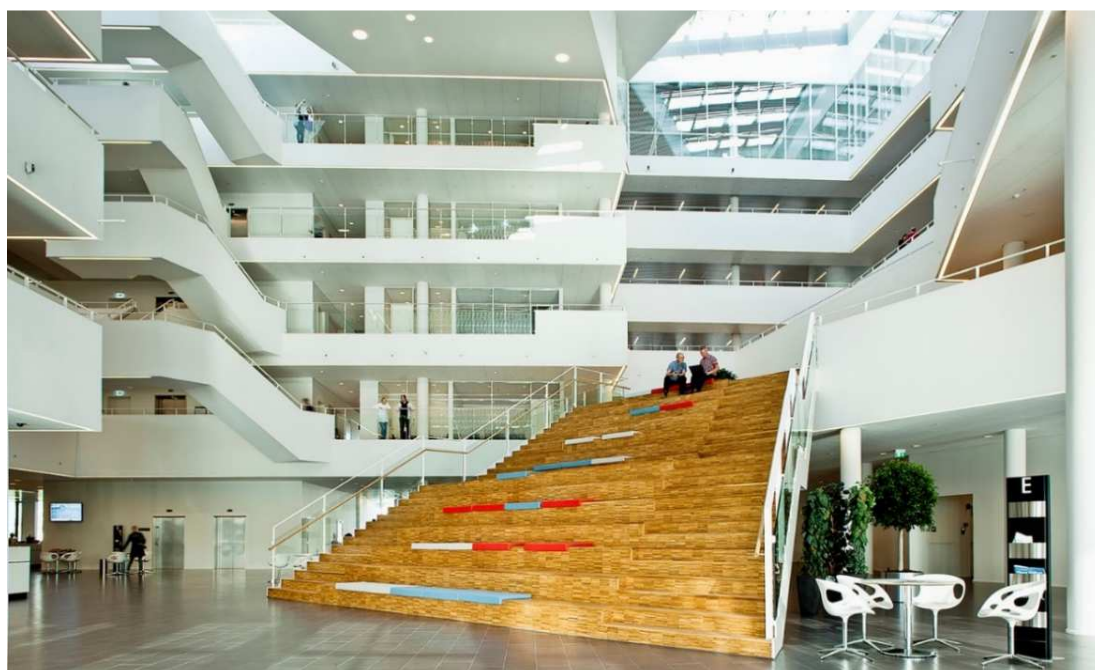


Fonte: Archdaily (2015)

Segundo a reportagem⁸, o prédio é caracterizado pela luminosidade, abertura e flexibilidade. A intenção de projeto é a sustentabilidade, com baixo gasto energético, painéis solares fotovoltaicos no telhado e lajes térmicas, fazendo do edifício um marco na região, pela modernidade e como forma de valorização do cidadão.

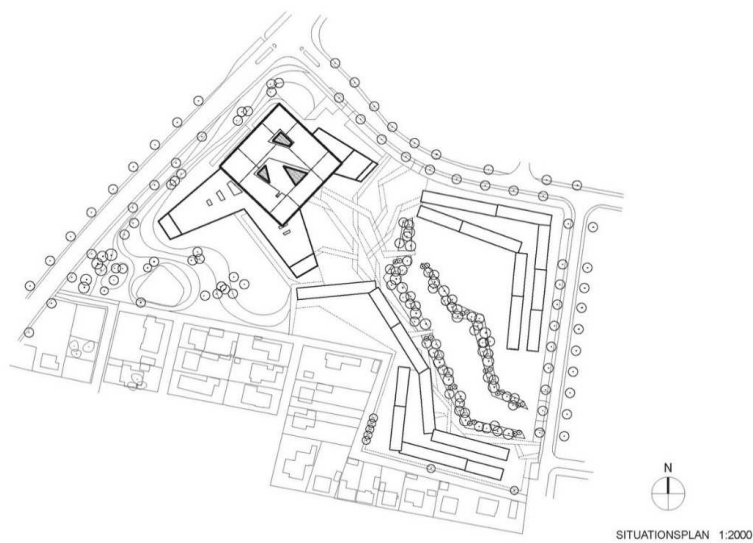
O grande átrio (Figura 51) eleva-se pelos seis pavimentos, evidenciando a escadaria monumental. A cafeteria e a cozinha dos funcionários localizam-se no último pavimento, permitindo acesso a maravilhosa vista.

Figura 51 – Átrio interno



Fonte: Archdaily (2015)

⁸ Prefeitura de Viborg / Henning Larsen Architects. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/774936/prefeitura-de-viborg-henning-larsen-architects>> Acesso em: 21 de abr. 2017.

Figura 52 – Implantação

Fonte: Archdaily (2015)

Figura 53 – Planta baixa térreo

Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem do Archdaily (2015)

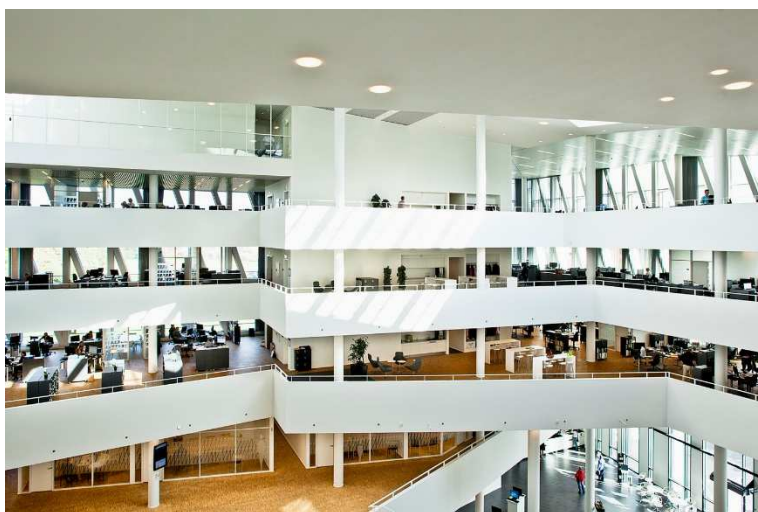
Figura 54 – Planta baixa pavimento tipo



Fonte: Elaborado pela autora sobre imagem do Archdaily (2015)

A utilização de uma planta livre é um dos preceitos citados por MARIANI, 2008, no início desta pesquisa, pois a administração pública pode sofrer alterações com as trocas de governo. A implantação do projeto é junto a um parque, e o telhado verde utilizado é um prolongamento desta paisagem. As Figuras 55 e 56 retratam a disposição de trabalho no espaço.

Figura 55 – Imagem interna



Fonte: Archdaily (2015)

Figura 56 – Imagem interna



Fonte: Archdaily (2015)

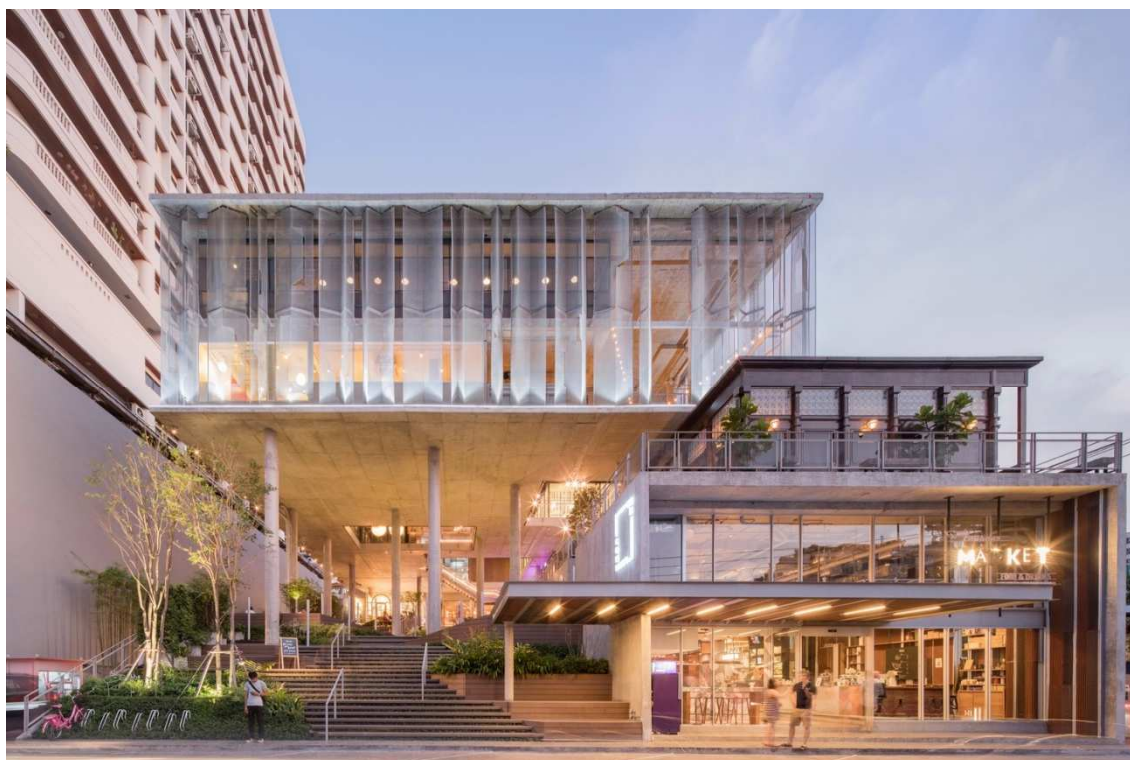
Como conclusão da análise deste projeto cabe destacar a escada como ponto positivo do projeto e o átrio formado por ela, sendo uma intenção no projeto do Centro Administrativo de Estância Velha. Já a planta livre, sem compartimentação, representa um problema em relação ao ruído e concentração no espaço de trabalho. O ambiente deve ser integrado e aberto, mas ao mesmo tempo deve dar boas condições de trabalho e rendimento.

5.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS

5.2.1 The Commons / Department of Architecture

Este projeto está localizado em Bangkok, Tailândia. É do ano de 2016 com 5.000,00 metros quadrados. *The Commons*, é um empreendimento comercial no centro da cidade. Seu objetivo é dar possibilidades ao ar livre aos moradores locais que devido ao clima tropical necessitam lugares confortáveis.

Figura 57 – The Commons



Fonte: Archdaily (2017)

O projeto propõe um espaço público vertical, criando rampas integradas com plataformas, bancos vegetações e quiosques. A área é protegida do sol e chuva pelo terceiro e quarto andares, possibilita a ventilação natural convida aos frequentadores a entrar na edificação.

Segundo a reportagem⁹, para uniformizar a fachada, devido as diversas identidades visuais das lojas, o projeto então aplica uma fina malha de metal como máscara. Este metal expandido na fachada do edifício traz a transparência e a passagem do ar. Foi utilizada a madeira plástica para substituir o piso de madeira, devido ao custo, durabilidade e manutenção.

Figura 58– Imagem interna



Fonte: Archdaily (2017)

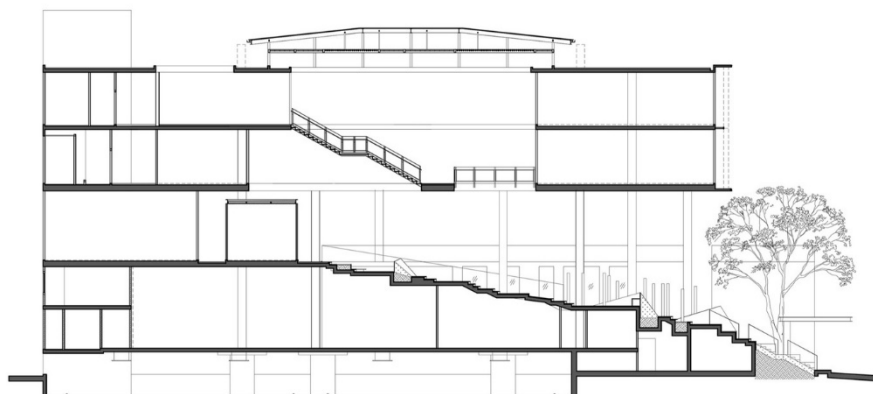
Figura 59– Imagem interna



Fonte: Archdaily (2017)

Uma das intenções na análise deste projeto foi a de analisar e tirar partido de edificações em desnível, pois no lote pretendido para a implantação do projeto do Centro Administrativo de Estância Velha tem esta peculiaridade (o desnível intenso). No projeto em análise, existe uma escadaria bem marcante no acesso (Figura 57) que percorre a edificação criando espaços de estar (Figura 59) e proporcionando conexões entre os espaços.

⁹ The Commons/ Department of Architecture. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/802931/the-commons-department-of-architecture>> Acesso em: 21 abr. 2017.

Figura 60– Corte

Fonte: Archdaily (2017)

Outro item analisado foi a maneira utilizada de tornar convidativo o espaço e trazer utilidade a todas as faces do edifício. A utilização de plantas livres, diferenças de alturas e disposição da estrutura torna o ambiente integrado. A composição arquitetônica, utilização das alturas, ventilação, iluminação, determinaram a boa execução do projeto para o uso desejado. A materialidade do mesmo também chamou a atenção pois aparenta ser uma arquitetura racional, o que é o ideal para uma edificação pública como o tema desta pesquisa.

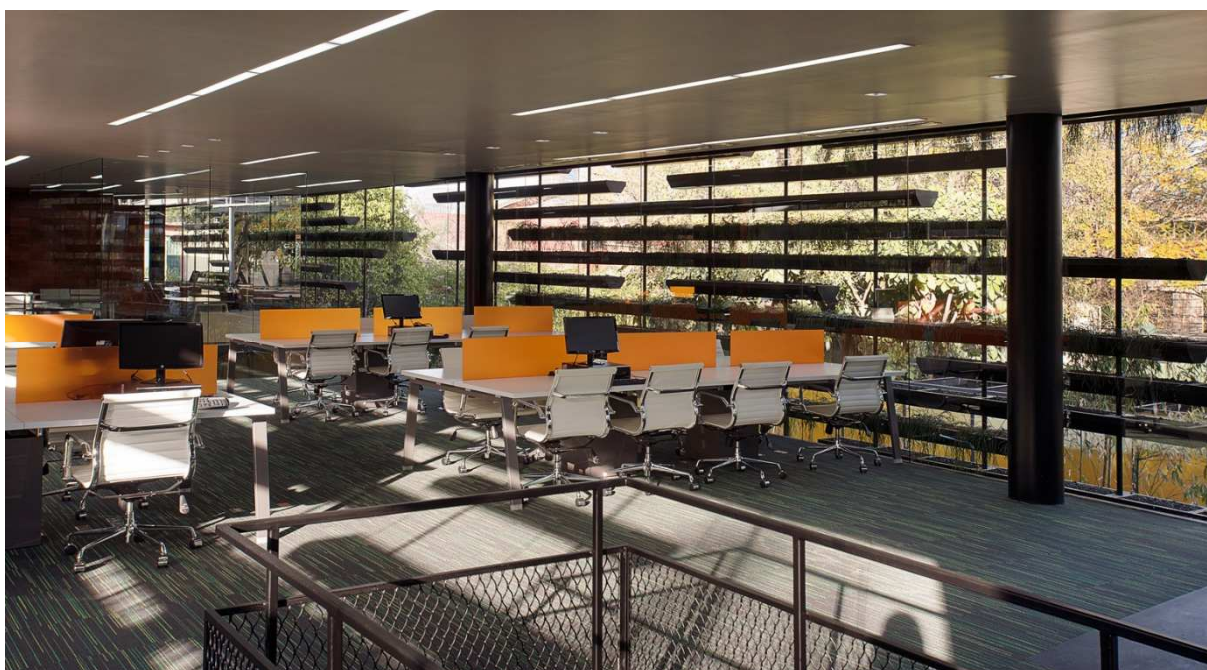
5.2.2 Sede Falcon II

A Falcón é uma fornecedora de equipamentos e instrumentos médicos. Depois do sucesso alcançado pelo escritório Rojkind Arquitectos com a sede Falcon I, foi projetado um prédio anexo, com ligação por meio de uma passarela elevada, onde as instalações foram voltadas para os funcionários.

Foi priorizada a conexão interior exterior, com a fachada envidraçada e vegetada, o que já acontecia no prédio existente. Como forma de conter a expansão da luz natural, na fachada foi instalada uma camada de controladores de luz, composta por brises horizontais com 510 vasos modulares, trazendo a sensação de jardim a fachada. Os vasos também auxiliam no resfriamento passivo do prédio.

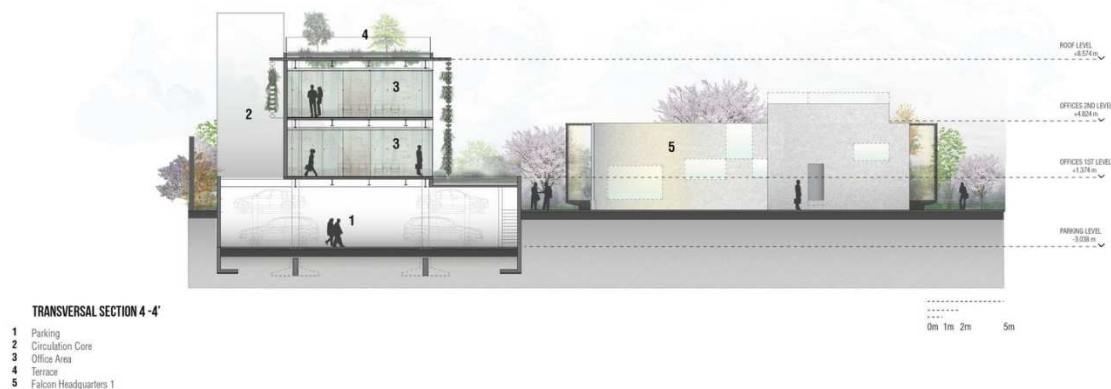
Figura 61 – Fachada

Fonte: Archaily (2015)

Figura 62 – Imagem interna

Fonte: Archdaily (2015)

Figura 63– Corte



Fonte: Archdaily (2015)

Como aspectos relevantes deste projeto analisado, verificou-se a utilização do jardim vertical que proporciona climatização para os ambientes de trabalho, pois foram utilizados fechamentos envidraçados, que devem ser bem controlados para que se obtenha bons índices de controle ambiental interno.

6 PROPOSTA DE PROJETO

A proposta de criação de um projeto para um Centro Administrativo de Estância Velha tem como objetivo dar mais eficiência a administração pública municipal. Atualmente a Prefeitura tem suas atividades em diversos prédios pelo Município, o que dificulta os processos administrativos, retarda e gera dificuldades no atendimento da população.

A unificação de Secretarias Municipais e a criação de espaços para o bom desenvolvimento das atividades públicas, como espaços para reuniões, treinamentos, palestras, audiências públicas, trará eficiência e autonomia para o Município proporcionar as atividades necessárias ao andamento do serviço público.

6.1 DEFINIÇÃO DO TAMANHO E DO PORTE DO PROJETO

Para a definição do programa de necessidades do projeto proposto, identificou-se o número de funcionários a partir do Quadro de Pessoal do Município, do mês de outubro de 2016, que está disponível no Portal da Transparência¹⁰. A partir deste documento foi possível ter uma estimativa do número de vagas ocupadas e vagas em aberto, para poder prever o número de postos de trabalho, considerando também cada atividade exercida por cada Secretaria.

Também foram considerados os usuários destes espaços, as Secretarias Municipais que tem atendimento ao público e a quantidade de atendimentos, conforme pesquisa realizada com os funcionários.

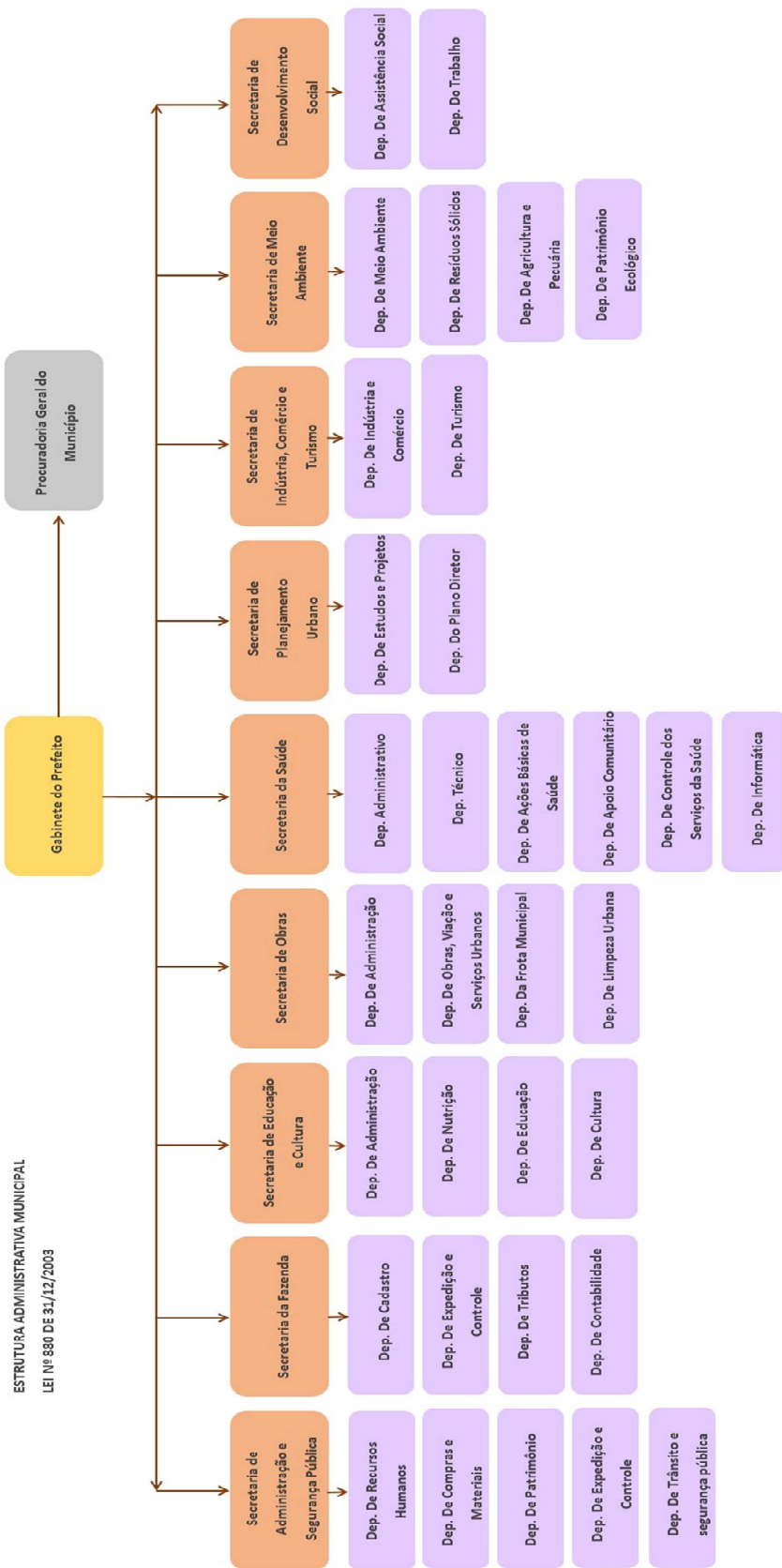
Diante disto, elaborou-se a Tabela 5, que descreve os setores, as compartimentações e número de funcionários.

6.1.1 Organograma

A Lei Municipal nº 880 de 31/12/2003, dispõe sobre a Estrutura Administrativa Básica dos Serviços Municipais. Com base nesta Lei, elaborou-se o organograma da estrutura administrativa para melhor compreensão composição da estrutura física do Município.

¹⁰ Portal da Transparência do Município de Estância Velha. Disponível em: <<http://sistemas.estanciavelha.rs.gov.br/sistemas/transparencia/?secao=dinamico&id=159>> Acesso em: jun 2017.

Figura 64 – Organograma da Estrutura Administrativa



Fonte: Autora (2017)

6.1.2 Programa de Necessidades

O programa de necessidades foi concedido a partir das análises da Lei que dispõe sobre a Estrutura Administrativa, do Quadro de Pessoal e da visita *in loco*, onde verificou-se o funcionamento de cada setor da administração.

O programa de necessidades montado está exposto na tabela 5, abaixo. Todos os dados inseridos na tabela 5 provem da pesquisa de campo realizada na Prefeitura Municipal.

Tabela 5 – Programa de Necessidades

SETOR	AMBIENTE	QUANT. DE FUNC. PREVISTO	QUANT. DE SALAS	ÁREA INDIVIDUAL (m ²)	ÁREA TOTAL(m ²)
GABINETE PREFEITO	Sala Prefeito	1	3	20,00	60,00
	Sala Vice-Prefeito	1	2	20,00	40,00
	Salas individuais	5	5	12,00	60,00
	Recepção	2	1	20,00	20,00
	Primeira Dama	1	1	15,00	15,00
	Sala de Reuniões		1	50,00	50,00
	TOTAL				245,00
PROCURADORIA GERAL	Sala de grupo	6	1	30,00	30,00
	Salas individuais	2	2	12,00	24,00
	Arquivo		1	10,00	10,00
	TOTAL				64,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Sala Secretário	1	1	15,00	15,00
	Fiscalização	7	2	25,00	50,00
	Guarda Municipal	4	1	25,00	25,00
	Licitações	8	3	25,00	75,00
	Pregoeiro	1	1	15,00	15,00
	Arquivo		1	10,00	10,00
	Defesa Civil	3	1	25,00	25,00
	Depart. Pessoal	10	3	16,00	48,00
	Procon	3	1	25,00	25,00
	Sine	6	3	16,00	48,00
	Desporto	4	1	25,00	25,00
	Controle interno	3	1	25,00	25,00
	Almoxerifado	4	1	25,00	25,00
	Depósito		2	10,00	20,00
TOTAL				366,00	
SECRETARIA DA FAZENDA	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Fiscal. Fazendária	4	1	25,00	25,00
	Contabilidade	9	2	25,00	50,00
	Arquivo Contab.		1	10,00	10,00
	Protocolo	10	1	100,00	100,00
	Cadastro	8	2	25,00	50,00
	Arquivo Cadastro		1	100,00	100,00
TOTAL				350,00	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Administrativo	8	2	25,00	50,00
	Sala de Reuniões		1	25,00	25,00
	TOTAL				90,00
SECRETARIA DE OBRAS	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Administrativo	4	1	25,00	25,00
	Sala de Reuniões		1	25,00	25,00
	TOTAL				65,00

SECRETARIA DA SAÚDE	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Administrativo	8	2	25,00	50,00
	Sala de Reuniões		1	25,00	25,00
	TOTAL				90,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Salas individuais	5	5	15,00	75,00
	Administrativo	8	2	25,00	50,00
	Sala de Reuniões		1	25,00	25,00
TOTAL				165,00	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Administrativo	10	3	25,00	75,00
	Sala de Reuniões		1	25,00	25,00
	TOTAL				115,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Administrativo	6	3	25,00	75,00
	Sala de Reuniões		1	25,00	25,00
	TOTAL				115,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO URBANO	Sala Secretario	1	1	15,00	15,00
	Projetos	10	2	25,00	50,00
	Topografia	6	1	25,00	25,00
	Sala de Reuniões		1	25,00	25,00
	TOTAL				100,00
OUTROS ESPAÇOS	Informática	6	2	20,00	40,00
	Área Técnica		1	100,00	100,00
	Ar condicionados		1	100,00	100,00
	Área de Serviço		1	20,00	20,00
	Cozinha		1	30,00	30,00
	Refeitório		1	50,00	50,00
	Salas de reuniões maiores		4	50,00	200,00
	Vestiários		2	20,00	40,00
	Sanitário		10	15,00	150,00
	Auditório		1	500,00	500,00
	Foyer		1	100,00	100,00
	Hall/Recepção		1	50,00	50,00
	Bar/Café		1	150,00	150,00
	TOTAL				1530,00
TOTAL					3295,00
ESTACIONAMENTOS ADMINISTRAÇÃO (30 VAGAS)					375,00
ESTACIONAMENTOS PRIVATIVOS (30 VAGAS)					375,00
PAREDES/CIRCULAÇÃO(+25%)					823,75
PRAÇA SECA					800,00
TOTAL					5668,75

Fonte: Autora (2017)

6.2 PARTIDO GERAL

Os estudos de volumetria desenvolvidos para o lançamento do partido geral para o Centro Administrativo de Estância Velha basearam-se nas análises executadas no capítulo 4 desta pesquisa. As intenções buscadas têm como premissa a utilização de uma arquitetura contemporânea, baseada em materiais leves como o vidro e pensada de maneira racional devido a temática.

São lançamentos possíveis de implantação levando em consideração a insolação, ventilação, vias, topografia e outros aspectos relevantes. O condicionante

essencial ao projeto é a conexão entre as vias do quarteirão, não obstruindo nenhuma face do lote em relação ao acesso e as fachadas. Foram consideradas propostas onde posteriormente possam haver ampliações conforme a necessidade pública.

Foram desenvolvidos estudos esquemáticos para o partido arquitetônico (Figura 65), a partir das análises apresentadas no Capítulo 4 desta pesquisa e com base no pré-dimensionamento do programa de necessidades.

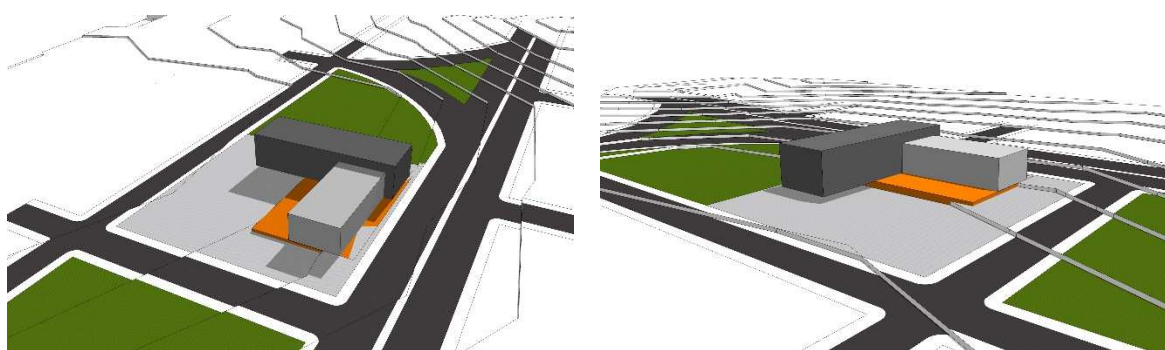
Figura 65– Estudos esquemáticos



Fonte: Autora (2017)

A partir destes lançamentos esquemáticos, foi desenvolvida uma proposta volumétrica, tendo como diretriz o estudo 01, com um aprimoramento da forma.

Figura 66 - Perspectiva do estudo volumétrico Figura 67 – Perspectiva do estudo volumétrico



Fonte: Autora (2017)

Fonte: Autora (2017)

Figura 68– Perspectiva do estudo volumétrico vista Av. Brasil



Fonte: Autora (2017)

Esta proposta tridimensional demonstra em laranja o subsolo, que será acomodado nas curvas existentes no lote para comportar os estacionamentos. Nesta conformação, o prédio se abre para o espaço público do lote, onde será desenvolvido um local de convívio público, e não ignora a via principal do estudo, a Av. Brasil, onde a edificação tem as fachadas voltadas para quem circula pela Avenida.

O volume cinza escuro está em balanço o que cria um espaço coberto aberto. Ele desenvolve um pavimento a mais em relação ao outro volume, criando 4 pavimentos. O volume cinza claro, abrigaria, em sua extremidade, o auditório, devido ao acesso ser facilitado pelas três vias de alinhamento do lote e tirando partido da topografia para ser semienterrado. Os dois volumes desenvolvem as atividades em comum na sua conexão, como circulações e sanitários.

7 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

7.1 LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS

7.1.1 Código de Obras de Estância Velha

O Código de Obras de Estância Velha servirá como referência na etapa de criação do projeto para definição dos dimensionamentos de esquadrias, vãos de iluminação e ventilação, circulações de veículos entre outras definições pertinentes ao projeto arquitetônico.

No Art. 128, no que diz respeito aos vãos de iluminação e ventilação, o código determina que os vãos deverão despeitar as seguintes áreas mínimas:

- 1/5 (um quinto) da superfície do piso, tratando-se de compartimento de permanência prolongada noturna e locais de trabalho;
- 1/7 (um sétimo) da superfície do piso, tratando-se de compartimento de permanência prolongada diurna;
- 1/12 (um doze avos) da superfície do piso, tratando-se de compartimento de utilização transitória;
- 1/20 (um vigésimo) da superfície do piso, tratando-se de garagens coletivas, quanto a ventilação permanente;

Por se tratar de uma edificação de caráter especial, não há no Código de Obras especificações para uma edificação com o uso específico de Centro Administrativo, ou uso institucional. Portanto será utilizado as especificações de Prédios Comerciais para adequar o projeto.

A partir do Art. 174, o Código descreve as especificações para Prédios Comerciais. Os itens com maior relevância para a execução do projeto do Centro Administrativo são:

Pé-direito mínimo de:

- a) 3,00m (três metros), quando a área do compartimento não exceder a 30,00m² (trinta metros quadrados);
- b) 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento não exceder a 80,00m² (oitenta metros quadrados);

c) 4,00m (quatro metros) quando a área do compartimento exceder a 80,00m² (oitenta metros quadrados).

- Ter abertura de ventilação e iluminação, com superfície não inferior a 1/10 (um décimo) da área do piso;

- Ter, quando com área igual ou superior a 80,00m² (oitenta metros quadrados), sanitários separados para cada sexo na proporção de um conjunto de vaso, lavatório (e mictório quando masculino), calculados na razão de um sanitário para cada 20 (vinte) pessoas ou fração. O número de pessoas é calculado à razão de uma pessoa para cada 15,00m² (quinze metros quadrados) de área de piso de salão.

O Código de Obras regulamento as edificações para Auditórios, no seu Art. 215. Elas deverão ter as seguintes especificações:

- Ser de material incombustível, tolerando-se o uso de madeira ou outro material combustível, apenas como revestimento de paredes e pisos, na cobertura, forro e esquadrias;

- Ter piso satisfazendo o gráfico demonstrativo de perfeita visibilidade da tela ou palco, por parte do espectador, situado em qualquer local;

- Ter instalações sanitárias separadas por sexo, com fácil acesso, obedecendo as seguintes proporções mínimas, onde L representa a metade da lotação;

a) Homens:

- vasos - L/300

- lavatórios - L/250

- mictórios - L/150

b) Mulheres:

- vasos - L/250

- lavatórios L/250

- Ser dotados de vão de iluminação e ventilação efetiva cuja superfície não seja inferior a 1/10 (um décimo) da área do piso ou de dispositivos mecânicos de renovação constante do ar, com capacidade de 50,00m³ (cinquenta metros cúbicos) por hora, por pessoa, nos estabelecimentos que não ultrapassem os 500 (quinhentos) lugares;

- Ser dotados de instalações de ar condicionado, observadas as normas da ABNT, os estabelecimentos com capacidade superior ou igual a 500 (quinhentos) lugares;

- Ter salas de espera contígua aos locais de audiência, com área mínima calculada sobre a capacidade de cada local, segundo a proporção de 20dm² (vinte decímetros quadrados) por lugar;

- Quando for exigível a instalação de ar condicionado, deverão ter instalação de emergência para fornecimento de luz e força;

- Ter instalação preventiva contra incêndio, de acordo com a NB-208, da ABNT e o disposto neste Código;

- Ter tratamento acústico adequado.

- Em auditórios de estabelecimentos de ensino, poderá ser dispensada a exigência do item 3 do presente artigo, uma vez que haja a possibilidade de uso dos sanitários existentes em outras dependências.

Ainda relativo ao auditório, as portas deverão ter dimensão mínima de 1,50m, sendo que deverão ter a mesma largura dos corredores. Em relação ao corredores, deverão ser observadas as seguintes especificações:

- As circulações de acesso e escoamento devem ter completa independência, relativamente às economias contíguas ou superpostas ao estabelecimento;

- Os corredores de escoamento devem possuir largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para até 150 (cento e cinquenta) pessoas, largura que será aumentada na razão de 1mm (um milímetro) por pessoa excedente. Quando o Escoamento se fizer para 2 (dois) logradouros, este acréscimo poderá ser reduzido de 50% (cinquenta por cento);

- Os corredores longitudinais do salão devem ter largura de 1,00m (um metro) e os transversais de 1,70m (um metro e setenta centímetros) para até 100 (cem) pessoas, larguras estas que serão aumentadas na razão de 1mm (um milímetro) por pessoa excedente, deduzida a capacidade de acumulação de 4 (quatro) pessoas por metro quadrado, no corredor.

As poltronas também deverão obedecer às especificações do Código. Elas deverão ser separadas por setores que serão separados por corredores. Cada setor pode ter no máximo 250 poltronas. Nos setores centrais, as fileiras poderão ter no máximo 16 poltronas. Nos setores que ficam junto a paredes, poderão ter no máximo 8 poltronas. O espaçamento mínimo entre as fileiras situadas na plateia são de 0,90m para poltronas fixas e 0,85m para poltronas móveis. Já as situadas em balcões, estes números passam para 0,95m e 0,88m, respectivamente.

Em relação ao item Garagens Comerciais, o Código a partir do Art. 249, especifica seus itens relevantes. Entre eles:

- o pé-direito de 2,40m;
- vão de ventilação de 1/20 da superfície do piso;
- Vão de entrada de veículos com largura mínima de 3,00m, e no mínimo 2 vãos quando comportar mais que 50 veículos;
- Largura mínima do box de estacionamento de 2,40m x 5,00m;
- Corredor de circulação de veículos com largura mínima de 3,00m, 3,50m ou 5,00m, quando os locais de estacionamento formarem ângulo de 30°, 45° ou 90° respectivamente.

7.2 NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS

7.2.1 NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações

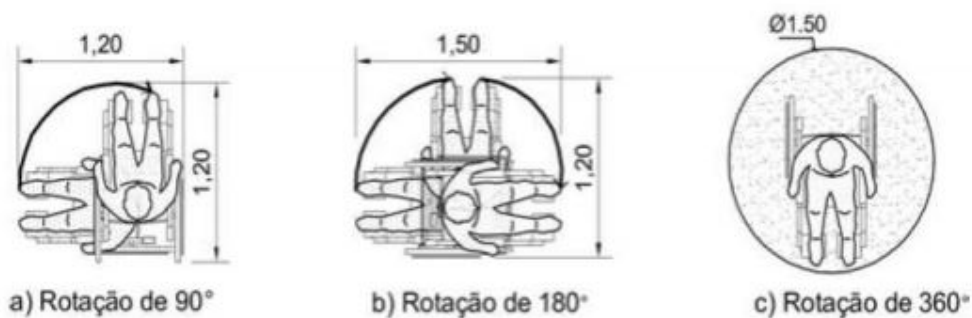
Esta Norma estabelece os parâmetros técnicos para garantir a acessibilidade de pessoas que tenham algum tipo de limitação física, garantindo autonomia nos espaços.

Conforme a Norma NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos será levada em consideração quanto à área dos sanitários, restaurante, estacionamentos e acessos. As medidas necessárias para a manobra da cadeira de rodas sem deslocamento são: I - para rotação de 90° = 1,20m x 1,20m; II - para rotação de 180° = 1,50m x 1,20m; III - para rotação de 360° = diâmetro de 1,50m (Figura 69).

Quando as portas abrirem no sentido do deslocamento do usuário em deslocamento frontal, deve existir uma distância entre a parede e a porta de 0,30 m. Quando abrir no sentido oposto, deve existir um espaço livre de 0,60 m, contíguo à maçaneta, conforme a Figura 70 (ABNT 9050, 2015).

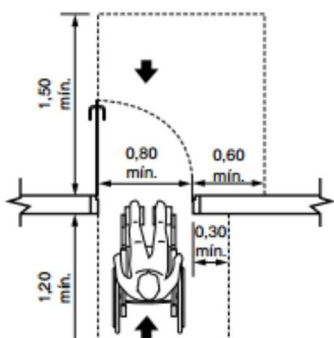
O módulo a ser utilizado conforme dispõe a Norma é a projeção de 0,80 m x 1,20 m no piso (Figura 71). Isto serve para cadeiras motorizadas ou não. A Norma estabelece que nos sanitários deve-se garantir a área de transferência lateral, perpendicular, e diagonal a bacia sanitária, conforme a Figura 72.

Figura 69 – Módulo de referência para manobra em cadeira de rodas



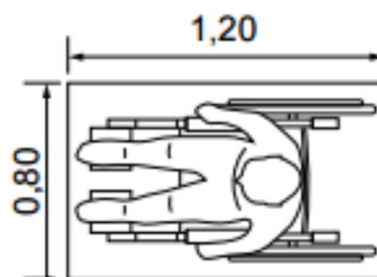
Fonte: ABNT (2015)

Figura 70 – Dimensões das portas no deslocamento frontal.



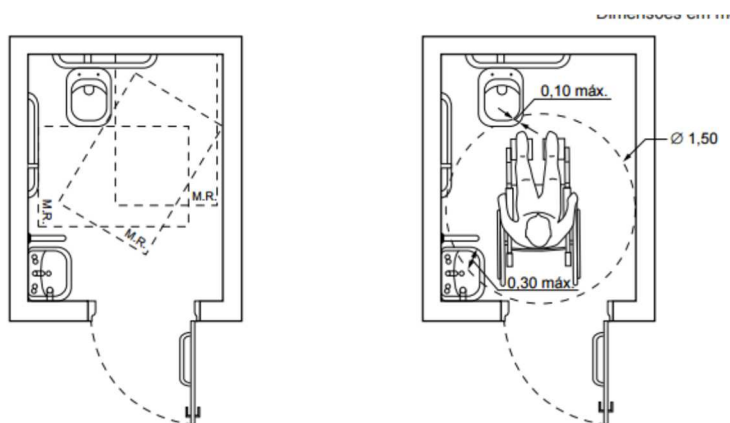
Fonte: ABNT (2015)

Figura 71 - Módulo de referência cadeirante



Fonte: ABNT (2015)

Figura 72– Área de manobra



Fonte: ABNT (2015)

Em relação as atividades desenvolvidas em cada ambiente, a Norma estabelece os parâmetros mínimos que devem ser seguidos para a aplicação nos espaços:

Em locais com atendimento ao público, devem ser observados os seguintes itens: i) Nos locais que os atendimentos forem realizados em balcões, todos devem ser acessíveis, conforme o item 9.2 da Norma; ii) Quando realizados em mesas, pelo menos 5% ou no mínimo uma, deve ser acessível, recomendando além disso, 10 % adaptáveis; iii) Se houver local de espera com assentos fixos, deve-se atender o item 8.9 da Norma, garantindo 5% ou no mínimo um.

Os item 9.2) Balcões, bilheterias e balcões de atendimento e 8.9) Assentos públicos serão utilizados para a elaboração do projeto do Centro Administrativo de Estância Velha. Estes itens são importantes e necessários para a qualidade no atendimento. Eles não serão aprofundados neste capítulo. Outro item de extrema relevância citado pela Norma é o item 10.3 onde se norteiam as especificações necessárias para espaços como cinema, teatro, auditórios e similares. Este item também será utilizado na elaboração do auditório previsto no programa de necessidade, mas será especificado posteriormente devido as particularidades de cada projeto.

7.2.2 NBR 9077/2001 Saídas de Emergência em Edifícios

Esta Norma fixa as condições para que a população possa evacuar a edificação em caso de incêndio, assegurando sua integridade física, e o fácil acesso para o combate ao fogo pelos bombeiros. Ela regulamenta as saídas comuns das edificações e as saídas de emergência quando necessárias.

Para a aplicação da Norma, deve-se classificar a edificação quanto à ocupação e quanto à altura, dimensão e características construtivas de acordo com as Tabelas anexas a Norma. Ainda é necessário o cálculo da população de cada pavimento, que é calculada pelos coeficientes da Tabela 5 do anexo da Norma.

Para a largura das saídas, é utilizada a fórmula $N = P / C$, onde N é o número de unidade de passagem, P a população calculada pela Tabela 5 da Norma, e C a capacidade da unidade de passagem, conforme a Tabela 5 da Norma.

É fixado pela norma a largura mínima de 1,10 m, correspondendo a duas unidades de passagem de 0,55 m para as ocupações em geral. O sentido da abertura das portas deve sempre corresponder ao sentido do trânsito de saída da edificação.

Conforme a Figura 73, a edificação de um Centro Administrativo se encaixa no grupo D, cuja ocupação é Serviços profissionais, pessoais e técnicos, e na divisão D-

1, Locais para prestação de serviços profissionais ou condução de negócios, pois como exemplificado pela Norma estão as repartições públicas.

Figura 73– Classificação das edificações quanto a sua utilização

C	Comercial varejista	C-1	Comércio em geral, de pequeno porte	Armarinhos, tabacarias, mercearias, fruteiras, butiques e outros
		C-2	Comércio de grande e médio portes	Edifícios de lojas, lojas de departamentos, magazines, galerias comerciais, supermercados em geral, mercados e outros
		C-3	Centros comerciais	Centros de compras em geral (<i>shopping centers</i>)
D	Serviços profissionais, pessoais e técnicos	D-1	Locais para prestação de serviços profissionais ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, consultórios, instituições financeiras (não incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleiros, laboratórios de análises clínicas sem internação, centros profissionais e outros
		D-2	Agências bancárias	Agências bancárias e assemelhados
		D-3	Serviços de reparação (exceto os classificados em G e I)	Lavanderias, assistência técnica, reparação e manutenção de aparelhos eletrodomésticos, chaveiros, pintura de letreiros e outros

Fonte: ABNT (2001)

Em relação à altura (Figura 74), a edificação é medianamente alta, tendo de 12,00m a 30,00m, cujo código é N. Para dimensionar a saídas, é utilizado o grupo especificado na Figura 65, D, onde é considerado uma pessoa a cada 7,00m² de área. Com isto, a unidade de passagem é 60 em escadas e rampas, e 100 nas demais.

Figura 74 – Classificação das edificações quanto a altura

Tabela 2 - Classificação das edificações quanto à altura

	Tipo de edificação	Alturas contadas da soleira de entrada ao piso do último pavimento, não consideradas edículas no ático destinadas a casas de máquinas e terraços descobertos (H)	
Código	Denominação		
K	Edificações térreas	Altura contada entre o terreno circundante e o piso da entrada igual ou inferior a 1,00 m	
L	Edificações baixas	$H \leq 6,00 \text{ m}$	
M	Edificações de média altura	$6,00 \text{ m} < H \leq 12,00 \text{ m}$	
N	Edificações medianamente altas	$12,00 \text{ m} < H < 30,00 \text{ m}$	
O	Edificações altas	0 - 1	$H > 30,00 \text{ m}$ ou
		0 - 2	Edificações dotadas de pavimentos recuados em relação aos pavimentos inferiores, de tal forma que as escadas dos bombeiros não possam atingi-las, ou situadas em locais onde é impossível o acesso de viaturas de bombeiros, desde que sua altura seja $H > 12,00 \text{ m}$

Fonte: ABNT (2001)

Figura 75 – Dados para dimensionamento das saídas

Tabela 5 - Dados para o dimensionamento das saídas

Ocupação		População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
A	A-1, A-2	Duas pessoas por dormitório ^(C)	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
	B	-			
C	-	Uma pessoa por 3,00 m ² de área ^{(E) (H)}			
D	-	Uma pessoa por 7,00 m ² de área	100	60	100
E	E-1 a E-4	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)			
	E-5, E-6	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)	30	22	30

Fonte: ABNT (2001)

De acordo com a norma, o projeto do Centro Administrativo deverá ter escada PF (Prova de Fogo) e duas saídas de emergência (Figura 76). A dimensão das saídas serão de no mínimo 1,00 metro e o pé-direito mínimo exigido pela Norma é 2,50 metros.

Figura 76 – Número de saídas e tipos de escadas

Tabela 7 - Número de saídas e tipos de escadas

Dimensão		P (área de pavimento ≤ 750 m ²)									Q (área de pavimento > 750 m ²)																				
Altura		K			L			M			N			O			K			L			M			N			O		
Ocupação		N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	
Gr.	Div.																														
A	A-1	1	1	NE	1	NE	-	-	-	-	1	1	NE	1	NE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	A-2*	1	1	NE	1	NE	1	EP	1	PF	1	1	NE	2*	NE	2*	EP	2*	EP	2*	PF	2*	PF	2*	PF	2*	PF	2*	PF		
	A-3	1	1	NE	1	NE	1	EP	2	PF	1	1	NE	2	NE	2	EP	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF		
B	B-1	1	1	NE	1	EP	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF		
	B-2	1	1	EP**	1	EP	2	PF	2	PF	2	2	EP	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF		
C	C-1	1	1	NE	1	NE	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF		
	C-2	1	1	NE	1	NE	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	3	PF	3	PF	3	PF	3	PF	3	PF	3	PF		
	C-3	1	1	NE	2	EP	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	3	PF	4	PF	4	PF	4	PF	4	PF	4	PF	4	PF		
D	-	1	1	NE	1	EP**	1	PF	1	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF		

/continua

Fonte: ABNT (2001)

CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas sobre o tema desta pesquisa, pode-se observar a necessidade do projeto proposto: um Centro Administrativo para Estância Velha. O projeto é uma necessidade real que traria benefícios tanto para a população, quanto para os servidores públicos.

Verificou-se nas visitas *in loco* e nas pesquisas realizadas que as instalações atuais das Secretarias Municipais não atendem critérios fundamentais como ventilação, iluminação, acústica, sanitários mínimos, entre outros. Além dos recursos municipais serem gastos com a locação de prédios cuja finalidade do uso não é adequada.

Ao longo história do Município e com o passar dos anos, quando havia necessidade de mudanças ou aumento da demanda de serviços, as administrações públicas optavam muitas vezes por uma arquitetura não planejada, o que reflete na estrutura atual do Município.

O serviço público eficiente é também uma consequência de uma estrutura física adequada ao uso, de forma que a arquitetura organizacional cumpre papel determinante para essa função. Com este intuito, esta pesquisa traz dados relevantes de estudos e análises para compor o projeto proposto.

Desta forma, partindo do princípio da eficiência, é necessário se construir visando o futuro. Conceber um projeto que possa ser adaptável conforme as necessidades de cada tempo, pois a vida está sempre em processo de construção e evolução.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 9077 – Saídas de emergência**. Rio de Janeiro, 2001.

ARCHDAILY (2015) – **Prefeitura de Viborg**. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/774936/prefeitura-de-viborg-henning-larsen-architects>. Acesso em jun. de 2017.

ARCHDAILY (2015) – **Menção Honrosa no Concurso para a Sede Administrativa da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/761682/mencao-honrosa-no-concurso-para-a-sede-administrativa-da-camara-de-vereadores-de-porto-alegre-a3-arquiteturngenharia>. Acesso em jun. de 2017.

ARCHDAILY (2015) – **Sede Falcon II**. Disponível em: http://www.archdaily.com.br/br/764098/sede-falcon-2-rojkind-arquitectos-plus-gabriela-etcheagaray?ad_medium=widget&ad_name=navigation-next. Acesso em jun. de 2017.

ARCHDAILY (2017) – **The Commons**. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/802931/the-commons-department-of-architecture>. Acesso em jun. de 2017.

BÄCHTOLD, C. **Noções de Administração Pública**. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Anexos/servi%E7o_publico_modulo_I/Nocoos_de_Administracao_Publica.pdf> Acesso em 06 abr. 2017.

ESTÂNCIA VELHA – **Prefeitura Municipal de Estância Velha**. Disponível em <<http://www.estanciavelha.rs.gov.br>> Acesso em junho de 2017.

ESTÂNCIA VELHA – **Prefeitura Municipal de Estância Velha**. Disponível em <<http://www.estanciavelha.rs.gov.br/polodeproducaoenegocios>> Acesso em março de 2017.

ESTÂNCIA VELHA – **Prefeitura Municipal de Estância Velha**. Disponível em <<http://www.estanciavelha.rs.gov.br/noticias/detalhe/3615>> Acesso em março de 2017.

ESTÂNCIA VELHA – **Prefeitura Municipal de Estância Velha**. Disponível em <<http://www.estanciavelha.rs.gov.br/historia>> Acesso em março de 2017.

ESTÂNCIA VELHA. **LEI 870 de 19.12.1985 – redação atual**: Código de Obras do Município de Estância Velha. Estância Velha, 2016.

ESTÂNCIA VELHA. **LEI 880 de 31.12.2003 – redação atual**: dispõe sobre a Estrutura Administrativa Básica dos Serviços Municipais. Estância Velha, 2017.

ESTÂNCIA VELHA. **LEI 1821 de 15.10.2012 – redação atual**: Plano Diretor do Município de Estância Velha. Estância Velha, 2016.

GOOGLE Earth. **Imagem de satélite do Município de Estância Velha**. Disponível em <earth.google.com/intl/pt/>. Acesso em junho de 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/estancia-velha/panorama>>. Acesso em 22 de mai. 2017.

¹Site desenvolvido pelo Laboratório de Eficiência Energética em Edificações- LabEEE/UFSC. Disponível em: < <http://150.162.76.139/index.php>> Acesso em jun 2017.

MARIANI, Ênio José. **A Importância da Arquitetura Organizacional na Gestão do Setor Público Municipal**: Estudo de caso da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Porto Alegre. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu_doc/enio_jose_mariani._tc.c.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MONTANER, Josep Maria. **As formas do século XX**. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 2002.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**: princípios, normas, regulamentos sobre projeto, construção, forma, necessidades e relações espaciais, dimensões de edifícios, ambientes, mobiliário. 17. ed. São Paulo, SP: Gustavo Gili, 2004.

NADLER, David; GERSTEIN, Marc; SHAW et al. **Arquitetura Organizacional**: a chave para a mudança empresarial. 12^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1993.

TRANSPARENCIA. **Portal da Transparência Estância Velha**. Disponível em: < <http://sistemas.estanciavelha.rs.gov.br/sistemas/transparencia/>>. Acesso em mai. 2009.

WEBER, G. S. **O Processo Imigratório e a História Do Povo De Estância Velha** in BURIOL, Juarez I., FERREIRA, Maria Olivério Organizadores **Estratégias para o Desenvolvimento Local**: Diagnóstico Municipal De Estância Velha. Novo Hamburgo: Feevale, 2006.

ANEXOS

ANEXO A

QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO
OUTUBRO/2016

CARGOS	LEGISLAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS AUTORIZADAS P/LEI	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
AGENTE ADMINISTRATIVO	LC 003/95 LC 77/2011	36	15	12	03
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	05	07
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 2	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	03	09
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 3	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	06	06
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 4	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	08	04
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 5	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	04	08
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 6	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	12	12	01	11
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 7	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	06	06
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 8	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	--	12
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 9	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	--	12
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA AREA 10	LEI 1206/07 LC 75/2011 e 79/2011	40	12	07	05
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	LC 47/2007 LC 75/2011	36	03	02	01
AGENTE DE SERVIÇOS	LEI 57/2008 LC 75/2011	36	180	166	14
AGENTE OPERACIONAL	LEI 57/2008 LC 75/2011	36	118	19	99
ALMOXARIFE	LC 003/95 LC 75/2011	36	03	01	02
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	LC 003/95 LC 75/2011	36	02	--	02
AUX. AGENTE ADMINISTRATIVO	LC 003/95 LC 75/2011	36	50	26	24
AUX. DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	LEI 46/2006 LC 75/2011 e 79/2011	40	10	08	02
AUX. DE COZINHA	LC 003/95 LC 75/2011	36	02	--	02
AUX. DE RECREACIONISTA -	LC 003/95 LC 75/2011	36	11	09	02
AUX. DE ENFERMAGEM	LEI 22/2001 e 36/2003 LC 75/2011	36	10	05	05
AUX. DE MECÂNICO	LC 003/95 LC 75/2011	36	02	01	01
AUX. DE TOPOGRAFIA	LC 003/95 LC 75/2011	36	04	02	02
AUX. DE ELETRICISTA	LC 003/95 LC 75/2011	36	06	02	04

AUX. MONITOR ARTÍSTICO	LC 003/95 LC 76/2011	36	01	01	--
CALCETEIRO	LC 003/95 LC 75/2011	36	20	05	15
CARPINTEIRO	LC 003/95 LC 75/2011	36	05	--	05
COZINHEIRA	LC 003/95 e 51/2007 LC 75/2011	36	05	04	01
DESENHISTA	LC 003/95 LC 75/2011	36	03	02	01
ELETRICISTA	LC 003/95 LC 75/2011	36	04	01	03
ESCRITURÁRIO	LC 003/95 LC 75/2011	36	08	06	02
FISCAL I	LC 003/95 LC 75/2011	36	04	03	01
FISCAL II	LC 003/95 LC 75/2011	36	08	04	04
FISCAL FAZENDÁRIO	LEI 89/2013/ e 77/2011 LC 099/2016	36	04	04	--
FISCAL SANITÁRIO	LC 091/2014	36	01	01	--
FISCAL DO MEIO AMBIENTE	LC 003/95 LC 77/2011	36	06	--	06
GUARDA MUNICIPAL	LC 003/95 LC 75/2011/ LC 98/2016	36	20	16	04
GUARDA MUNICIPAL SEGURANÇA	LC 50/2007 e LC 53/2007 LC77/2011 e 98/2016	36	20	14	06
INSTALADOR HIDRAULICO	LC 003/95 LC 75/2011	36	04	--	04
MECÂNICO – LEI COMPLEMENTAR 75/2011	LC 003/95 LC 75/2011	36	02	--	02
MONITOR EDUCACIONAL	LC 003/95 e 75/2011 LC 97/2016	40	15	--	15
MOTORISTA	LC 003/95 e 75/2011 LC 78/2011	36	34	26	08
OPERADOR DE LIXO	LC 003/95 LC 75/2011	36	04	--	04
OPERADOR DE MÁQUINAS	LC 003/95 LC 75/2011	36	12	08	04
OPERÁRIO	LC 003/95 LC 75/2011	36	05	03	02
OPERARIO ESPECIALIZADO	LC 003/95 LC 75/2011	36	14	12	02
PEDREIRO - LEI 004/95	LC 004/95 LC 75/2011	36	10	--	10
PINTOR DE SINALIZAÇÃO	LC 003/95 LC 75/2011	36	03	--	03
PROFESSOR	LEI 1753/2011 LEI 1865/2013	20/40	450	421	29
PROFESSOR 20H SEMANAIS	LEI 1753/2011 LEI 1865/2013	20	110	100	10
PROFESSOR 40H SEMANAIS	LEI 1753/2011 LEI 1865/2013	40	340	321	19
RECEPCIONISTA	LC 003/95 LC 75/2011	36	01	01	--
RECREACIONISTA	LC 003/95 LC 75/2011	36	02	01	01

RECREADORA	LC 003/95 LC 75/2011	36	09	05	04
RESPONSÁVEL PELO BERÇÁRIO - LEI 1136/91	LC 003/95 LC 75/2011	36	03	02	01
SECRETÁRIO DE ESCOLA	LC 003/95 LC 75/2011	36	20	13	07
TÉCNICO AGRÍCOLA	LC 003/95 LC 77/2011	36	01	01	--
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	LC 003/95 e 77/2011 LC 81/2012	36	05	04	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LC 003/95 e 49/2007 LC 74/2011 e 77/2011	36	69	59	10
TECNICO EM HIGIENE DENTAL	LC 46/2006 LC 77/2011	36	05	--	05
TECNICO SEGURANÇA TRABALHO	LC 69/2010 LC 77/2011	36	02	01	01
TESOUREIRO	LC 003/95 e 77/2011 LC 86/2013	36	03	03	--
TELEFONISTA	LC 003/95 LC 75/2011	36	03	02	01
TELEFONISTA/RECEPCIONISTA - LEI 1398/2009	LC 003/95 e LC 75/2011 LEI 1398/2009	36	26	25	01
TOPOGRAFO – LEI 1057/90	LC 003/95 LC 77/2011	36	02	01	01
ZELADOR DE MANUTENÇÃO – LEI 1168/92	LC 003/95 LC 75/2011	36	01	01	--
ADVOGADO - LEI 003/95	LC 003/95 LC 77/2011	20	06	06	--
ANALISTA DE SISTEMAS LC 091/2014	LC 091/2014	36	01	--	01
AGENTE DE CONTROLE INTERNO I	LC 77/2011 LC 095/2015	30	01	01	--
AGENTE DE CONTROLE INTERNO II	LC 77/2011 LC 095/2015	30	01	01	--
AGENTE DE CONTROLE INTERNO III	LC 77/2011 LC 095/2015	30	01	01	--
ARQUITETO	LC 003/95 LC 77/2011	30	04	02	02
ASSISTENTE SOCIAL	LC 003/95 LC 77/2011	30	04	04	--
BIBLIOTECÁRIO – LEI 003/95	LC 003/95 LC 77/2011	30	01	01	--
BIÓLOGO	LC 033/95 e LC 55/2007 LC 77/2011 e 94/2015	30	02	01	01
BIOQUÍMICO	LC 003/95 LC 77/2011	30	01	01	--
DENTISTA	LC 003/95 e 77/2011 LC 084/2013	24	04	02	02
ENGENHEIRO CIVIL	LC 003/95 LC 77/2011	30	04	02	02
ENGENHEIRO QUÍMICO	LC 54/2007 LC 77/2011	30	01	01	--
ENFERMEIRO	LC 003/95 e 56/2008 LC 77/2011	30	09	08	01
ENFERMEIRO SAÚDE COLETIVA	LC 48/2007 LC 77/2011	40	11	09	02
FARMACÊUTICO	LC 05/95 / LC 22/2001 LC 77/2011	30	02	02	--

FISIOTERAPEUTA	LC 64/2009 e 71/2010 LC 77/2011	30	02	02	--
GEÓLOGO	LC 54/2007 e 77/2011 LC 87/2013	30	02	01	01
MÉDICO	LC 003/95 e 030/2003 LC 077/2011 e 90/2014	24	34	17	17
MEDICO SAÚDE COLETIVA	LC 48/2007 LC 77/2011	40	11	04	07
MEDICO VETERINÁRIO	LC 46/2006 e 52/2007 LC 77/2011	30	02	01	01
NUTRICIONISTA - LEI COMPLEMENTAR 046/06	LC 46/2006 LC 77/2011	30	04	03	01
ODONTOLOGO SAÚDE COLETIVA	LC 48/2007 LC 77/2011	40	07	07	--
PSICÓLOGO	LC 22/2001 e LC 77/2011 LC 85/2013	30	05	04	01
PSIQUIATRA	LC 45/2005 e 063/2009 LC 77/2011	p/ hora 40/160 mensal	03	03	--

José Waldir Dilkin
Prefeito Municipal

Sílvio Ricardo dos Santos Marques
Secretário da Administração

APÊNDICES

APÊNDICE A

Pesquisa de Trabalho Final de Graduação – 2017/02

Acadêmica: Andrea Sabrine Flach Profº Orientador: Bruno C. E. de Mello

Pesquisa Interna – Funcionários

Nome: _____

Profissão _____

Concursado () Contratado () Tempo em que trabalha na Prefeitura: _____

1. Qual setor ou departamento em que você trabalha?

2. Em que prédio da atual administração você trabalha?

3. Quantos funcionários trabalham no seu setor? Há necessidade de aumentar este número?

() Sim () Não Se sim, qual seria o número ideal? _____
4. Qualifique seu ambiente de trabalho:
 - 4.1 Quanto ao espaço da sala:
() Ruim () Muito Ruim () Médio () Bom () Muito Bom
 - 4.2 Quanto ao mobiliário/equipamentos existentes:
() Ruim () Muito Ruim () Médio () Bom () Muito Bom
 - 4.3 Quanto aos ruídos:
() Ruim () Muito Ruim () Médio () Bom () Muito Bom
 - 4.4 Quanto à ventilação natural:
() Ruim () Muito Ruim () Médio () Bom () Muito Bom
 - 4.5 Quanto à luz natural:
() Ruim () Muito Ruim () Médio () Bom () Muito Bom
5. O seu setor realiza atendimento ao público? Quantos ao dia?
-

6. Em relação às secretarias, quais estariam mais próximas ou distantes do seu ponto de vista?

7. Quais setores das secretarias poderiam ser unificados?

8. Se todos os serviços da administração municipal juntamente com todos seus departamentos e secretarias fossem agregados em um único prédio criando-se assim um Centro Administrativo Municipal, qual seria a sua opinião:

Seria ótimo, pois agilizaria a locomoção e a comunicação entre os setores e a população.

Seria bom, mas poderia causar algum tipo de transtorno.

Prefiro que fique como está hoje.

9. Espaço para opiniões ou sugestões que julgar importante?

APÊNDICE B

Pesquisa Público

Cidade em que reside: _____

1. Qual sua idade:

Até 20 anos Entre 20 a 40 anos Acima de 40 anos

2. Com que frequência você vai à Prefeitura, para resolver quaisquer assuntos:

Semanalmente Mensalmente Poucas vezes no ano Nunca vou

3. Quando você vai à Prefeitura, e precisa tratar mais de um assunto com diferentes setores e departamentos:

Faço tudo bem rápido

Sempre preciso esperar um pouco, mas consigo resolver tudo que preciso

Nunca consigo resolver tudo que preciso

4. O que você acha sobre a distância entre a Prefeitura e os prédios onde ficam algumas secretarias:

Ruim Muito Ruim Médio Bom Muito Bom

Por quê? _____

5. Qualifique os ambientes tanto da Prefeitura como dos prédios das secretarias:

Ruim Muito Ruim Médio Bom Muito Bom

Por quê? _____

6. E sobre o atendimento dos funcionários em geral?

Ruim Muito Ruim Médio Bom Muito Bom

7. O que você acha que poderia melhorar nos prédios da Prefeitura? Marque até 4 opções:

Maior sinalização em busca de informações (placas)

Melhor acessibilidade a portadores de necessidades especiais e idosos

Luz natural/artificial

Ventilação natural

Salas de atendimentos à população

Circulações / corredores

outros: _____

8. Se todos os serviços da administração municipal juntamente com todos seus departamentos e secretarias fossem agregados em um único prédio criando-se assim um Centro Administrativo Municipal, qual seria a sua opinião:
- Seria ótimo, pois agilizaria a locomoção e a comunicação entre os setores e a população.
 - Seria bom, mas poderia causar algum tipo de transtorno.
 - Prefiro que fique como está hoje.
9. Que outros serviços você acha que poderiam ser agregados ao Centro Administrativo:
- Auditório
 - Xerox
 - Livraria
 - Restaurante
 - Bar
 - Banco ou caixas eletrônicos
 - Espaço para exposições